

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2019

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 foi muito positivo para a Neoenergia. Além de alcançarmos os melhores resultados financeiros de nossa história, com um lucro líquido de R\$ 2,2 bilhões, lançamos com sucesso as ações da empresa na Bolsa de Valores de São Paulo, alcançando uma valorização de quase 60% em 6 meses. Estes feitos atestam nossa consistência operacional e materializam nossa estratégia de expansão rentável e sustentável dos nossos negócios, focada na geração de energia renovável e no desenvolvimento de redes de transmissão e distribuição.

A geração operacional de caixa do Grupo, medida pelo EBITDA, superou R\$ 5,7 bilhões, um resultado 25,6% superior ao ano anterior. Já o lucro líquido apresentou uma evolução ainda mais expressiva, um aumento de 45,1% no mesmo período. Reafirmamos nosso compromisso com a gestão eficiente das despesas operacionais, que apresentaram trajetória 1,3 p.p. abaixo da inflação, absorvendo o crescimento de mercado e a expansão de nossos negócios. Seguimos também o plano de desalavancagem, refletido na redução do indicador "dívida líquida / EBITDA" em 15% ao longo de 2019, encerrando o ano em 3,0x.

Mantendo o compromisso com o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro, investimos R\$ 4,4 bilhões, volume 15,7% superior ao empenhado em 2018, dos quais 89% em redes e 7% em geração de energia renovável.

Em nosso negócio de redes, verificamos um crescimento da energia injetada de 4,0%, alavancado principalmente pelo crescimento da Coelba de 6,1%. Em 2019 consolidamos nossa trajetória de melhoria contínua da qualidade e reduzimos o DEC médio das distribuidoras em 1,7 horas, mantendo-as de forma estruturada, enquadradas nos limites regulatórios.

O índice de perdas das distribuidoras do grupo se manteve estável ao longo do ano, apesar de pequenas oscilações entre as diferentes empresas do Grupo. Destacamos ainda a melhora na cobertura tarifária da Elektro (aumento de 1,4 p.p.) estabelecida na 5ª Revisão Tarifária Periódica desta distribuidora.

A performance de nossas distribuidoras foi reconhecida pelo Prêmio ABRADÉE, onde Elektro e Cosern se classificaram como as duas melhores concessionárias do Brasil, enquanto Coelba e Celpe se destacaram por sua evolução em relação ao desempenho nos anos anteriores.

No segmento de transmissão seguimos com a ampliação de nosso portfólio e no leilão realizado em dezembro de 2019 arrematamos o lote 9, localizado no oeste da Bahia, que reforçará o suprimento da região. Reafirmando o compromisso com a eficiência na construção e gestão de ativos, concluímos entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020, mais de 1 ano antes do prazo regulamentar e com investimentos significativamente menores que os estimados no edital do leilão, dos lotes arrematados no certame de abril/2017.

O ano também foi marcado pela expansão da nossa capacidade de geração renovável. No primeiro trimestre de 2019 concluímos a construção da usina hidroelétrica de Baixo Iguaçu, com capacidade instalada de 350 MW, e ao final do ano a usina de Belo Monte chegou a sua capacidade total de geração, 11.233 MW, concluindo o processo de construção da Usina.

Comprometidos com o combate às mudanças climáticas e com a economia de baixo carbono estamos expandindo nossa capacidade de geração eólica, com o desenvolvimento do complexo eólico Oitis no Piauí, um parque eólico com 566,5 MW e um novo modelo de negócios caracterizado pela comercialização de 96% da energia no mercado livre. Destacamos também a antecipação do início da construção do complexo eólico de Chafariz, na Paraíba. Com a conclusão destes parques a Neoenergia alcançará a marca de 90% de capacidade instalada renovável, um perfil ainda mais limpo que o da matriz elétrica brasileira.

Em virtude de nossa atuação sustentável e o desenvolvimento de projetos que respeitam o meio ambiente, realizamos em 2019 a maior emissão de debentures verdes do país, conhecidas como *greenbonds*, um total de R\$1,3 bilhão, que somados às outras fontes de financiamento perfazem R\$ 10 bilhões em captações no ano, entre operações desembolsadas e contratadas. Grande parte destes recursos será alocada na expansão dos negócios de energias renováveis e Redes.

Engajados com a Agenda 2030 e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), investimos no desenvolvimento das pessoas, da economia local e na redução de desigualdades. Em 2019, concluímos o primeiro ano de consolidação do Instituto Neoenergia, que reúne nossas iniciativas de apoio a projetos sociais, culturais e ambientais. Desta forma, através da gestão destes projetos, beneficiamos mais de 16 mil pessoas, equipamentos culturais, fauna e flora, iniciativas que, associadas ao programa de Voluntariado, contribuem para o engajamento de toda a organização com estes compromissos.

Outro projeto que gostaríamos de destacar é a Escola de Eletricistas, que tem nos permitido uma grande contribuição social na capacitação da população das comunidades onde atuamos e que amplia a oferta de profissionais habilitados a trabalhar em redes elétricas de forma segura, cabendo um destaque especial às duas primeiras escolas de eletricistas exclusivas para mulheres na Bahia e Pernambuco.

Para sustentar estes resultados contamos com um time engajado, focado na excelência operacional e alinhado ao propósito e valores da Neoenergia e, como acreditamos que o desempenho é alavancado por nossos talentos, investimos no desenvolvimento profissional. Ao longo de 2019 fizemos 1.195 promoções, preenchemos 77% das vagas com recrutamento interno e realizamos mais de 739 mil horas de capacitação. Ressaltando também nossos valores de integridade e responsabilidade, fomos reconhecidos pela Controladoria-Geral da União (CGU) e Apex-Brasil, pelo terceiro ano consecutivo, com o Selo Pro-Ética, o que simboliza nossa jornada contínua e o empenho de todos os colaboradores. Essa trajetória de entrega e credibilidade são as alavancas que impulsionaram o sucesso do nossa estreia na B3 e o consequente aumento do valor das ações. Continuamos recebendo recomendação positiva dos analistas e o volume médio de R\$ 67 milhões por dia garante a liquidez de nosso papel.

Finalmente, gostaria de agradecer o esforço, compromisso e dedicação de todo o time da Neoenergia e a confiança de nossos acionistas que acreditam em nosso potencial. Asseguro que os bons resultados da Companhia não estarão circunscritos a 2019. Baseado em uma sólida estratégia de crescimento sustentável e em uma atuação consistente e responsável continuaremos criando valor a todos os nossos *stakeholders*.

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGAMA SOCIETÁRIO

A Elektro, com sede no município de Campinas, em São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica que atende 228 municípios, sendo 223 em São Paulo e 5 no Mato Grosso do Sul.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura societária da Elektro era a seguinte: 99,68% Neoenergia e 0,32% *free float*.

2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2019 se iniciou com uma alta taxa de desemprego e baixo índice de utilização da capacidade da indústria, fazendo com que a economia operasse com alto nível de ociosidade dos seus fatores de produção. O início da agenda de reformas, marcado pela aprovação da reforma da Previdência, a redução das taxas de juros, a inflação controlada, aliado a estímulos pontuais como a liberação de recursos do FCTS e PIS-PASEP, contribuíram para que a economia brasileira, no segundo semestre, apresentasse - ainda que de forma tímida - os primeiros sinais de recuperação. No cenário externo, o ambiente se mostrou relativamente favorável para economias emergentes, potencializado pela provisão de estímulos monetários nas principais economias.

No que se refere à inflação, segundo o IBGE, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) encerrou o ano 2019 em 4,31% (3,75% em 2018). Com relação ao IGP-M (Índice Geral de Preços ao Mercado), o índice acumulou alta de 7,30% de janeiro a dezembro de 2019, segundo o Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE), ficando em um patamar mais baixo do que os 7,54% registrados no ano anterior. A Taxa Selic finalizou 2019 em 4,50% a.a. (vs. 6,50% a.a. registrado no final de 2018), seguindo a trajetória de queda que vem ocorrendo desde 2015, além de registrar o menor patamar histórico.

No mercado de energia, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, houve um aumento do consumo de energia em 1,3% no comparativo de 12 meses. Esse aumento se deve principalmente em função da elevação do consumo nas classes comercial e residencial, impulsionada pela ocorrência de altas temperaturas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste e pela melhora gradual da economia, que impulsionou o consumo das famílias.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Aspectos Gerais

3.1.1. Modernização do Setor

A indústria da energia elétrica está passando por profundas transformações no Brasil e no mundo. O consumidor está cada vez mais empoderado, novas soluções tecnológicas surgem a cada dia e temos cada vez mais a necessidade de inserção da energia renovável, com presença crescente na matriz energética brasileira.

Em 4 de abril de 2019, através da Portaria nº 187, foi instituído pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") o Grupo de Trabalho para Modernização do Setor. Ao longo de 2019 foram promovidos workshops e consultas públicas sobre os temas diversos, desde sustentabilidade da distribuição até mecanismos de suporte à expansão da geração, como separação entre lastro e energia.

Nessa linha tramitam no Legislativo duas propostas de reforma do Setor Elétrico: o PL 1.917/2015, na Câmara dos Deputados, e o PLS 232/2016, no Senado Federal. Uma das ações concretas no sentido do que se pretende com a modernização foi a publicação, em 12 de dezembro de 2019, pelo MME da Portaria nº 465, reduzindo os limites para acesso dos consumidores ao mercado livre de energia. De acordo com a nova Portaria, a partir de 1º de janeiro de 2021 o limite passará a ser 1.500 kW, a partir de 1º de janeiro de 2022, 1.000 kW e a partir de 1º de janeiro de 2023, 500 kW. Antes da publicação dessa Portaria o limite era 2.500 kW e a partir de 1º de janeiro de 2020 passa a ser 2.000 kW. A Portaria definiu ainda que, até 31 de janeiro de 2022, a ANEEL e a CCEE deverão apresentar estudo sobre as medidas necessárias para permitir a abertura do mercado para consumidores com carga inferior a 500 kW.

3.2. Distribuidoras

3.2.1. Tarifas

Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato de concessão a ANEEL estabeleceu que as tarifas de fornecimento pudessem ser atualizadas por meio de três mecanismos: Reajuste Tarifário Anual, Revisão Tarifária Periódica da ELEKTRO, que vigora desde 27 de agosto de 2019. A Parcela B, já líquida de outras receitas, atingiu R\$1.627 milhões (aumento de 5% considerando o mercado do ano teste). Descontando receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, a Parcela B foi de R\$1.584 milhões. A Parcela A, apresentou redução em virtude da incidência de menores encargos da CDE, assim como do término de relevante componente financeiro do último processo tarifário de 2018. O efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário foi uma redução de 8,32%.

Para a Base de Remuneração Líquida, o valor aprovado foi de R\$ 3.905 milhões, a valores de agosto de 2019, refletido um reconhecimento de 97,9% dos investimentos realizados. Quanto às Perdas Regulatórias reconhecidas na tarifa da Companhia, a ANEEL estabeleceu o novo percentual de 8,03%, no lugar de 6,6%, ficando o limite atual mais aderente à realidade da área de concessão da ELEKTRO.

3.2.2. Discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano

Durante o ano de 2019 ocorreram ainda discussões importantes sobre aprimoramentos no Custo Médio Ponderado de Capital - WACC, Custos Operacionais Regulatórios e Fator X a serem aplicados nos próximos anos, dentre outras. A seguir são destacadas as de maior relevância em 2019.

3.2.2.1. Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC

Em outubro de 2019 a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 26/2019 com o objetivo de obter subsídios para definição de metodologia de cálculo e atualização do WACC. Pela primeira vez, a ANEEL calculou o custo médio ponderado de capital para os três segmentos simultaneamente: geração, transmissão e distribuição. Dentre as propostas apresentadas pela ANEEL estão: (i) a padronização das janelas entre segmentos e atualização anual dos dados; (ii) adoção de uma taxa livre de risco nacional (NTNB), dispensando uso de risco país (já estaria embutido); e debentures do setor elétrico brasileiro para definir taxa de capital de terceiros; (iii) estrutura de capital teórica considerando uma relação ótima de Dívida Líquida sobre o EBITDA equivalente a 2,5; e (iv) a definição de um prêmio de risco adicional para o segmento de distribuição. Ainda não houve decisão da ANEEL sobre o tema.

3.2.2.2. Metodologia de Cálculo dos Custos Operacionais Regulatórios

Em maio de 2019 a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 11/2019 para obter subsídios acerca da metodologia de Cálculo dos Custos Operacionais Regulatórios, a ser aplicada, a partir de 2020, aos processos de revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica. O objetivo foi aprimorar a metodologia de cálculo dos custos operacionais regulatórios para estabelecer um critério adequado para a definição destes custos de modo que estejam alinhados com um objetivo de longo prazo de promover incentivos para eficiência do setor como um todo. A Consulta Pública consistiu basicamente em levantar uma série de perguntas técnicas para que as distribuidoras respondessem, ou seja, não havia inicialmente propostas por parte da ANEEL.

3.2.2.3. Fator X - Ganhos de Eficiência e Produtividade

Em abril de 2019, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 07/2019 para discutir a necessidade de refinamento da desvinculação entre receita e custos que ocorre no atual regime de tarifas (*price cap*, onde se define a tarifa e não a receita). Atualmente o valor da Parcela B é atualizado pela diferença entre o índice da variação da inflação, na maioria dos casos o IPCA, e o Fator X. Sem tal refinamento, estariam mantidos percentuais regulatórios de produtividade que não guardam relação com o histórico recente de variação do mercado ou com o compartilhamento de benefícios aos consumidores por ganhos de escala ou evolução técnica e tecnológica.

Em outubro de 2019, a ANEEL deu sequência às discussões abrindo a Consulta Pública nº 23/2019, onde propôs um mecanismo que considere os ganhos de produtividade dos últimos seis anos que antecederam o processo tarifário em processamento, buscando equilíbrio entre conjuntura e estabilidade. Caso aprovados, os ajustes na metodologia serão aplicados nos processos tarifários (reajustes ou revisões) a partir de 2020.

3.2.2.4. Atualização do Banco de Preços Referenciais do segmento de Distribuição de energia

Em setembro de 2019 a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 36/2019 para o aprimoramento da proposta de atualização do Banco de Preços Referenciais do segmento de distribuição de energia elétrica, conforme disposto no PRORET. A proposta apresentada pela ANEEL é a de atualização dos valores dos Componentes Menores e dos Custos Adicionais e redistribuição dos grupamentos de empresas, a partir do reposicionamento das empresas de pequeno porte e da divulgação de novos valores dos módulos do Banco de Preço Referencial, considerando apenas atualização dos preços praticados até então. Ainda não houve decisão da ANEEL sobre o tema.

3.2.2.5. Conta ACR

Em 25 de março de 2019, a ANEEL, através do Despacho nº 871/2019, autorizou a antecipação do fim do pagamento das cotas da CDE relativas à Conta do Ambiente de Contratação Regulado - ACR, referentes ao empréstimo intermediado pela CCEE em 2014 para cobrir custos com a exposição involuntária no mercado de curto prazo das distribuidoras. Tal empréstimo começou a ser pago a partir de 2015, e seria quitado em abril de 2020, porém a utilização do fundo de reserva da conta permitiu a antecipação da última parcela para o mês de agosto de 2019, o que contribuiu para a redução dos encargos pagos pelos consumidores na conta de energia.

3.2.2.6. Comercialização

Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE

A partir de 2019, passou a ser processado o Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE, um mecanismo opcional, onde a distribuidora pode vender suas sobras contratuais para o mercado livre. Por princípio é um mecanismo de risco, pois as distribuidoras definem um preço de venda e o resultado financeiro dependerá do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, bem como do preço médio de compra da distribuidora e da sua posição contratual. Além disso, é um mecanismo assimétrico, pois os ganhos advindos da venda do excedente contratual serão compartilhados com os consumidores, enquanto que os prejuízos são integrais da distribuidora. Apenas no caso de se estar acima de 105% e sem direito a involuntariedade é que tanto os ganhos como os prejuízos são integrais da distribuidora.

Em junho de 2019, na Audiência Pública nº 25/2019, a ANEEL apresentou proposta de cálculo para a apuração financeira dos resultados do MVE. No modelo apresentado pela ANEEL, a apuração dos efeitos do MVE seria mensal. Existem discussões no setor no sentido de apresentar uma metodologia cuja análise de sobrecontratação ocorra em base anual.

Mini e Microgeração Distribuída

Em janeiro de 2019, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 001/2019 propondo aprimoramentos das regras aplicáveis à micro e minigeração distribuída que é a geração pelo próprio usuário, de forma local ou remota. Estas regras foram estabelecidas através da Resolução Normativa nº 482/2012, criando um sistema de compensação da energia, em que o consumidor injeta o excedente de energia gerada na rede e utiliza em horário que não está gerando sem pagar pelo uso da rede de distribuição. Esse sistema de compensação tem provocado perdas para as distribuidoras desde a sua implantação em função de subsídios estabelecidos pela ANEEL sem a respectiva contrapartida, além de impactos tarifários para os consumidores convencionais, o que tem sido acentuado em função do crescimento exponencial desse mercado.

Em outubro de 2019, a ANEEL abriu a última etapa de discussões através da Consulta Pública nº 025/2019, apresentando minuta da resolução

com as alterações propostas, corrigindo algumas distorções deste modelo, mas mantendo os benefícios para os consumidores existentes e período de transição para aplicação das regras definitivas. A previsão para conclusão da revisão da norma é no primeiro semestre de 2020.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores

A Companhia encerrou 2019 com 2.711 mil consumidores, que corresponde ao incremento de 1,2%, equivalente a 52 mil novas unidades consumidoras em relação a 2018.

ELEKTRO		Participação no Total %		2019 / 2018		
Número de Consumidores (milhares)	2019	2018	2019	2018	Dif.	%
Residencial	2.334	2.282	86,1%	85,8%	52	2,3%
Industrial	21	22	0,8%	0,8%	(0)	-1,4%
Comercial	198	192	7,3%	7,2%	5	2,7%
Rural	128	134	4,7%	5,1%	(6)	-4,3%
Outros	29	29	1,1%	1,1%	1	2,0%
Total	2.711	2.659	100,0%	100,0%	52	1,2%

4.2. Evolução do Mercado

ELEKTRO		Participação no Total %		4T19 / 4T18		ELEKTRO		Participação no Total %		2019 / 2018		
Energia Distribuída - Mercado Cativo (GWh)	4T19	4T18	4T19	4T18	Dif.	%	2019	2018	2019	2018	Dif.	%
Residencial	1.227	1.173	43,0%	42,2%	54	4,6%	4.773	4.597	43,1%	42,3%	177	3,8%
Industrial	366	409	12,8%	14,7%	(43)	(10,5%)	1.480	1.609	13,4%	14,8%	(129)	(8,0%)
Comercial	590	569	20,7%	20,5%	21	3,7%	2.272	2.222	20,5%	20,5%	50	2,2%
Rural	297	249	10,4%	9,0%	48	19,3%	1.080	1.027	9,8%	9,5%	53	5,1%
Outros	374	381	13,1%	13,7%	(7)	(1,9%)	1.457	1.410	13,2%	13,0%	47	3,4%
Energia Distribuída - Mercado Cativo	2.854	2.781	100,0%	100,0%	73	2,6%	11.062	10.865	100,0%	100,0%	198	1,8%
Mercado Livre	1.723	1.615			108	6,7%	6.596	6.247			349	5,6%
TOTAL (Cativo + Livre)	4.577	4.396			180	4,1%	17.659	17.112			546	3,2%

A energia distribuída (cativo + livre) pela Elektro no 4T19 foi maior em 4,1%, com relação ao mesmo período de 2018, alcançando o patamar de 4.577 GWh. Com relação ao acumulado do ano, a energia distribuída foi de 17.659 GWh, um desempenho 3,2% maior do que o de 2018.

A classe residencial sofreu influência da temperatura registrada no 4T19, com relação ao 4T18, elevando o consumo em 4,6% no trimestre em análise. No ano, o crescimento foi de 3,8%, atribuído às temperaturas mais elevadas e ao aumento da base de clientes.

A classe industrial cativa, cuja retração foi de 10,5% no 4T19, frente a igual trimestre de 2018, teve seu comportamento influenciado pela migração de clientes para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). A análise da classe industrial + mercado livre revela um aumento de 3,2% no trimestre e 2,8% no ano, já reflexo da retomada do crescimento do PIB Brasil, com destaque para os setores de construção civil, papel e automotivo.

O crescimento da classe comercial cativa no 4T19, frente a 4T18, foi de 3,7%. O aumento foi influenciado pelas altas temperaturas e pelo crescimento do volume de vendas do comércio. No ano, a classe apresentou crescimento de 2,2% pelas mesmas razões do trimestre.

A classe rural aumentou 19,3% no 4T19 comparado ao mesmo período de 2018 e 5,1% em 2019 frente a 2018. O clima mais seco verificado ao longo do ano gerou maior demanda de irrigação.

As outras classes apresentaram redução do consumo de 1,9% no 4T19 (cativo). No ano o crescimento foi de 3,4%, com destaque para o aumento das classes Poder Público e Iluminação Pública.

4.3. Balança Energético

A energia injetada (energia entregue aos clientes próprios+ concessionárias de fronteira + clientes livre + perdas) atingiu o patamar de 4.965 GWh no 4T19, volume 3,01% superior ao 4T18 em função de maiores temperaturas, aumento da base de clientes e maior atividade industrial. Do total da energia injetada, 57,58% foi destinada ao consumo cativo, 34,76% para o consumo do mercado livre. O restante é considerado como perdas totais do trimestre (perdas técnicas e não técnicas). No ano, a energia injetada pela Elektro cresceu 2,55% vs. 2018, também impulsionada pelas maiores temperaturas, maior base de clientes e maior atividade industrial, atingindo 19.150 GWh, dos quais 57,77% foram destinados ao mercado cativo e 34,45% ao mercado livre.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T19	4T18	4T19 x 4T18		2019	2018	2019 x 2018	
			Dif	%			Dif	%
 Mercado Cativo	2.854	2.781	73	2,61%	11.062	10.865	198	1,82%
 Mercado Livre + Suprimento	1.723	1.615	108	6,66%	6.596	6.247	349	5,58%
 Energia Entregue (A)	4.577	4.396	180	4,10%	17.659	17.112	546	3,19%
 Perdas Totais (B)	380	415	(35)	(8,54%)	1.491	1.562	(70)	(4,51%)
 Energia Injetada (C) = (A) + (B)	4.956	4.811	145	3,01%	19.150	18.674	476	2,55%
 PT/ Energia Requerida % (B)/(C)	7,7%	8,6%	-0,97	(11,21%)	7,8%	8,4%	-0,58	(6,89%)

NOTA: Os números no Balanço Energético refletem o trimestre e do ano, desta forma o índice de PT/ Energia Requerida não deve ser o mesmo ao informado no item 4.4 Perdas, que apresenta percentual acumulado nos últimos 12 meses.

4.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia fornecida/faturada, e a energia requerida/comprada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a comparação dos índices de 2018 e 2019 da Elektro.

ELEKTRO	Perdas				Perda Total	
	Perda Técnica	Perda Não Técnica				
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
	5,76%	5,85%	2,60%	1,94%	8,36%	7,79%
						Aneel 6,6% (até ago/19) 8,03% (após ago/19)

A Revisão Tarifária Periódica da Elektro (agosto/2019) elevou o patamar de perdas da distribuidora de para 8,03%.

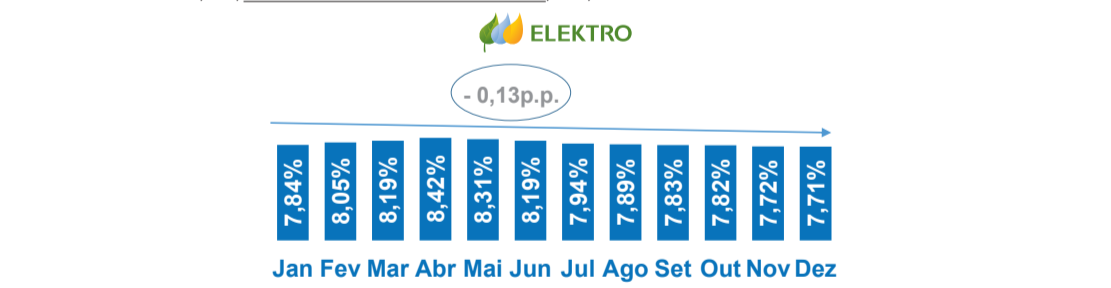
O patamar de perdas encerrou o trimestre com 7,79%, melhora de 1,22 p.p. em relação ao indicador de 2018 e abaixo no novo limite regulatório estipulado pela ANEEL, de 8,03%.

4.4.1. Perdas Reais (acumuladas 2019)

As perdas de energia reais são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia fornecida/faturada somadas à energia não fornecida/faturada, e a energia requerida/comprada.

A Companhia vem atuando no Plano de Redução de Perdas e no ano de 2019 as principais realizações foram: realização de mais de 45 mil inspeções, regularização de 17 mil ligações clandestinas, substituição de mais de 12 mil medidores de energia obsoletos por equipamentos mais modernos, atualização cadastral de mais de 349 mil pontos de iluminação pública, além da execução de diversas operações com apoio policial.

A Elektro vem atuando de forma a apresentar redução constante e consistente de seu patamar de perdas ao longo de 2019, de modo a encerrar o ano com índice de 7,71%, abaixo do limite estabelecido na tarifa, de 8,03%.



5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

DRE ELEKTRO (R\$ MM)	4T19		4T18		Variação R\$		%		2019		2018		Variação R\$		%	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Receita Líquida	454,3		402,3		52,0	12,9%	1.593,9		1.407,5		186,4	13,2%				
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	33,1		5,4		27,7	513,0%	230,6		47,4		183,2	386,5%				
Margem Bruta	487,4		407,7		79,7	19,5%	1.824,4		1.454,9		369,5	25,4%				
Despesa Operacional (PMO)	(174,0)		(121,7)		(52,3)	43,0%	(582,8)		(466,6)		(116,2)	24,9%				
PECLD	(28,7)		(13,4)		(15,3)	114,2%	(93,6)		(59,8)		(33,8)	56,5%				
EBITDA	284,7		272,5		12,2	4,5%	1.148,1		928,5		219,6	23,7%				
Depreciação	(55,8)		(50,4)		(5,4)	10,7%	(220,0)		(194,0)		(26,0)	13,4%				
Resultado Financeiro	(68,6)		(8,1)		(60,5)	746,9%	(233,3)		(147,0)		(86,3)	58,7%				
IR CS	(35,3)		(33,4)		(1,9)	5,7%	(199,9)		(173,1)		(26,8)	15,5%				
LUCRO LÍQUIDO	125,0		180,6		(55,6)	(30,8%)	494,9		414,3		80,6	19,5%				

Conforme expresso na Orientação Técnica OCPC 08, o reconhecimento e mensuração das variações entre os custos não gerenciáveis efetivamente ocorridos em relação às tarifas homologadas são classificados sempre na linha de Receita Operacional como Valores a Receber/Devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros. Considerando que grande parte da Parcela A é registrada como custo de energia, a análise isolada de variações de receita e custo pode levar a distorções na interpretação do resultado do período. Desta forma, a Companhia acredita ser mais adequado explicar as variações do resultado a partir da Margem Operacional.

A Elektro encerrou o 4T19 com Margem Bruta de R\$ 487,4 milhões, variação positiva de 19,5% (R\$ 79,7 milhões) em relação ao 4T18, impulsionada pela expansão da base de clientes, altas temperaturas, maior atividade econômica e maior necessidade de irrigação na classe rural, que geraram maior consumo - refletido no volume de energia distribuída no período (+4,1% vs. 4T18) -, pela atualização do Ativo Financeiro da Concessão (+R\$27,7 milhões), impactada pelo IPCA mais alto no 4T19 vs. 4T18 (+1,38p.p.) e também pela Revisão Tarifária Periódica de agosto de 2019.

No ano, a Margem Bruta atingiu R\$ 1.824,4 milhões, crescimento de 25,4% em relação a 2018. Além do aumento da base de clientes, altas temperaturas, maior atividade econômica e maior necessidade de irrigação na classe rural, que geraram maior volume distribuído (+3,2% vs. 2018), em 2019 a Margem Bruta da Companhia foi impactada pelo efeito não recorrente do reconhecimento positivo de R\$ 157,4 milhões referente ao Ativo Financeiro da Concessão (VNR), por menor glosa e maior BRR, homologado pela ANEEL no 5º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica em agosto/19. Desconsiderando o mesmo efeito não recorrente da atualização do VNR, o crescimento de Margem Bruta seria de 14,6% em 2019 vs. 2018.

As Despesas Operacionais totalizaram R\$ 174,0 milhões no 4T19 (+43,0% vs. 4T18), em virtude de elevação pontual de contencioso jurídico (R\$ 27,8 milhões) relativo a atualização de prognóstico de ações cíveis e trabalhistas e de despesas com rescisões (+R\$ 3,6 milhões vs. 4T18). No ano, as despesas foram R\$ 116,2 milhões acima do 2018 em função da atualização pontual da carteira do contencioso jurídico (R\$ 39,6 milhões) e gastos com rescisão (+R\$ 9,4 milhões vs. 2018).

Importante frisar que no 4T19 ocorreram os seguintes gastos não recorrentes: ajuste pontual do prognóstico da carteira jurídica (R\$28,7 milhões). Desconsiderando esses impactos as despesas no 4T19 vs. 4T18 apresentam aumento de 19,4%. Da mesma forma, no ano, não considerando os gastos não recorrentes com a carteira jurídica na Elektro (R\$39,6 milhões) o aumento de despesas de 2018 para 2019 seria de 16,4%.

No 4T19, as Provisões para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) totalizaram R\$ 28,7 milhões, aumento de R\$ 15,3 milhões em comparação ao mesmo período de 2018, refletindo a postura conservadora de efetuar um maior provisionamento nos faturamentos retroativos resultantes das ações de inspeção de combate às perdas e padronização dos critérios de *aging*. Em 2019, o aumento foi de 56,5% vs. 2018.

A Elektro encerrou o 4T19 com EBITDA de R\$ 284,7 milhões, desempenho 4,5% superior ao 4T18. No ano o EBITDA foi de R\$ 1.148,1 milhões (+23,7% vs. 2018). Desconsiderando o efeito não recorrente no VNR, seria de R\$ 990,7 milhões (aumento de 6,7% vs. 2018).

A Elektro registrou Lucro Líquido de R\$ 125,0 milhões no 4T19, redução de 30,8% em relação ao 4T18. No ano, o Lucro Líquido foi de R\$ 494,9 milhões, incremento de 19,5% em relação a 2018.

5.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

EBITDA (R\$ MM)	4T19		4T18		Variação R\$		%		2019		2018		Variação R\$		%	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Lucro líquido do período (A)	125,0		180,6		(55,6)	(30,8%)	494,9		414,3		80,6	19,5%				
Despesas financeiras (B)	(360,3)		(480,4)		120,1	(25,0%)	(1.221,6)		(1.645,1)		423,5	(25,7%)				
Receitas financeiras (C)	291,8		472,3		(180,5)	(38,2%)	988,3		1.498,0		(509,7)	(34,0%)				
Imposto de renda e contribuição social (D)	(35,3)		(33,4)		(1,9)	5,7%	(199,9)		(173,1)		(26,8)	15,5%				
Depreciação e Amortização (E)	(55,8)		(50,4)		(5,4)	10,7%	(220,0)		(194,0)		(26,0)	13,4%				
EBITDA = (A)-(B)+C+(D)+E)	284,7		272,5		12,2	4,5%	1.148,1		928,5		219,6	23,7%				

5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhões)	4T19		4T18		Variação R\$		%		2019		2018		Variação R\$		%	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Renda de aplicações financeiras	6,9		11,2		(4,3)	(38,4%)	32,5		42,8		(10,3)	(24,1%)				
Juros, comissões e acréscimo moratório	9,4		35,1		(25,7)	(73,2%)	70,4		79,6		(9,2)	(11,6%)				
Encargos de dívida	(38,5)		(44,9)		6,4	(14,3%)	(168,0)		(164,1)		(3,9)	2,4%				
Variações monetárias e cambiais - dívida	34,7		93,1		(58,4)	(62,7%)	(126,2)		(257,3)		131,1	(51,0%)				
Variações monetárias e cambiais - outros	2,3		-		2,3	-	-		-		-	-				
Instrumentos financeiros derivativos	(45,4)		(87,8)		42,4	(48,3%)	63,8		207,1		(143,3)	(69,2%)				
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(28,2)		(1,8)		(26,4)	1466,7%	(43,8)		(14,6)		(29,2)	200,0%				
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	5,1		1,9		3,2	168,4%	11,1		12,0		(0,9)	(7,5%)				
Obrigações pós emprego	-		-		-	-	-		-		-	-				
Arrendamentos	(3,1)		-		(3,1)	-	(3,1)		-		(3,1)	-				
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(11,7)		(14,8)		3,1	(20,9%)	(70,0)		(52,6)		(17,4)	33,1%				
Total	(68,6)		(8,1)		(60,5)	746,9%	(233,3)		(147,0)		(86,3)	58,7%				

No 4T19, o Resultado Financeiro Líquido da Elektro registrou uma despesa financeira de R\$ 68,6 milhões, acréscimo R\$ 60,5 milhões em relação ao mesmo trimestre de 2018. Em 2019, o resultado financeiro registrou despesa financeira de R\$ 233,3 milhões, montante 58,7% (R\$ 86,3 milhões) pior que a despesa registrada em 2018.

Desse total, o resultado de dívida e de gestão do caixa apresenta piora de R\$ 26,4 milhões, dos quais R\$ 14,2 milhões advêm da piora da renda de aplicações financeiras e dos encargos da dívida e R\$ 12,2 milhões de melhoras das atualizações monetárias e instrumentos financeiros derivativos, conforme detalhamento a seguir.

(i) Em 2019 apesar da queda do CDI e da TJLP, o IPCA no acumulado do período aumentou 0,56 pontos percentuais em relação a 2018. Esse efeito compôs um impacto negativo de R\$ 18,0 milhões.

(ii) Além disso, houve um aumento de 0,9% no volume médio de dívida da empresa em relação ao mesmo período do ano anterior devido às captações direcionadas para Capex e capital de giro da Companhia. Esse efeito representou uma variação desfavorável de R\$ 2,2 milhões, comparado ao mesmo período de 2018;

(iii) Em contrapartida, houve um crescimento dos juros incorporados aos investimentos (Juros sobre Obras em Andamento - JOA) o que resultou em um efeito favorável de R\$ 4,1 milhões;

A linha de Renda de Aplicações Financeiras apresentou resultado negativo comparado a 2018 de R\$ 10,3 milhões devido à redução do volume médio das disponibilidades, amparado principalmente pela execução de CAPEX ao final do ciclo tarifário e pré-pagamento de dívidas incluídas no plano de gestão de passivos.

Segue quadro demonstrativo dos índices de 2018 e 2019:

Índices	2019	2018	Δ	%
CDI	5,96%	6,42%	-0,46%	-7,17%
TJLP	6,20%	6,72%	-0,52%	-7,74%
USD	4,0307	3,8748	0,16	4,02%
IPCA	4,31%	3,75%	0,56%	14,93%

6. INVESTIMENTOS

No 4T19, a Elektro realizou CAPEX de R\$ 279,0 milhões, atingindo, em 2019, o montante de R\$ 649,1 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão de rede e renovação de ativos.

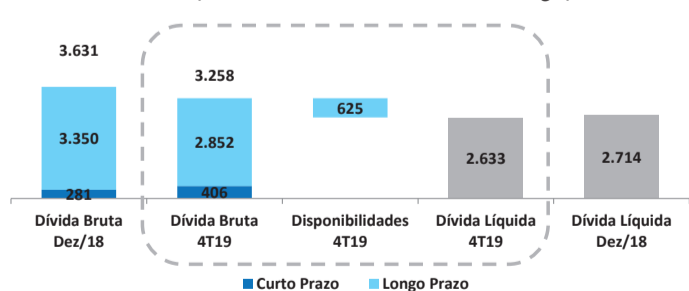
INVESTIMENTOS REALIZADOS		ELEKTRO	
Natureza Investimento (Preço corrente - valores em R\$ MM)		4º TRI	YTD
Expansão de Rede		(131,7)	(329,8)
Programa Luz para Todos		(0,0)	(0,3)
Novas Ligações		(34,6)	(124,6)
Novas SE's e RD's		(97,1)	(204,9)
Renovação de Ativos		(35,8)	(141,2)
Melhoria da Rede		(28,5)	(82,7)
Perdas e Inadimplência		(8,3)	(13,7)
Outros		(85,0)	(107,4)
Movimentação Material (Estoque x Obra)		23,8	(7,7)
(=) Investimento Bruto		(265,5)	(682,5)
SUBVENÇÕES		10,3	25,7
(=) Investimento Líquido		(255,2)	(656,8)
Movimentação Material (Estoque x Obra)		(23,8)	7,7
(=) CAPEX		(279,0)	(649,1)

O CAPEX realizado foi aderente ao necessário para o período. O nível adequado de CAPEX reflete a política da Elektro para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

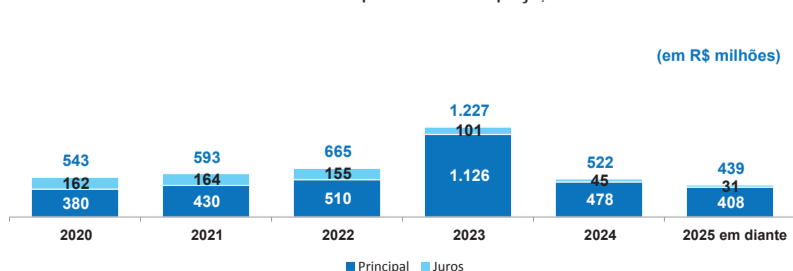
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2019, a dívida bruta da ELEKTRO, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros, foi de R\$ 3.258 milhões (dívida líquida R\$ 2.633 milhões), apresentando uma redução de 10% (R\$ 373 milhões) em relação a dezembro de 2018. Em relação a segregação do saldo devedor, a ELEKTRO possui 87,5% da dívida contabilizada no longo prazo e 12,5% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2019. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas informações contábeis de 31 de dezembro de 2019, as quais consideram os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.



8. RATING

Em 24 de janeiro de 2019, a Standard & Poor's - S&P reafirmou os ratings de crédito corporativo de Neoenergia e suas subsidiárias, Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes' brAAA' na Escala Nacional Brasil, com perspectiva estável. Na mesma data, a S&P reafirmou os ratings de emissões 'brAAA' da Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes, e 'brAA+' da Neoenergia, Calango 6, NC Energia e Termopernambuco. Em 10 de dezembro de 2019, a Standard & Poor's - S&P reafirmou os ratings de crédito corporativo da Neoenergia e suas subsidiárias, Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes em 'BB-' na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil, alterando a perspectiva de estável para positiva, refletindo o rating soberano do Brasil, que limitamos os da Neoenergia. Nesta mesma data, a S&P reafirmou os ratings de emissão 'brAAA' da Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes, e 'brAA+' da Neoenergia, Calango 6, NC Energia e Termopernambuco.

9. OUTROS TEMAS

Grupo de Consumo	Aug-19
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	-2,89%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	-11,17%
Efeito tarifário médio AT+BT	-8,32%
Início da Vigência	27 ago-19
Processo Revisional	RTP
Próxima Revisão Tarifária	ago-23

9.1. Tarifas

Em 20 de agosto de 2019 a ANEEL aprovou o resultado da 5ª revisão Tarifária Periódica da Elektro, que passou a vigorar a partir de 27 de agosto de 2019.

A Parcela B já líquida de outras receitas, atingiu R\$1.627 milhões (aumento de 5% considerando o mercado do ano teste). Descontando receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, a Parcela B foi de R\$1.584 milhões. A Parcela A, por seu turno, apresentou redução em virtude de redução dos encargos da CDE, assim como do término de relevante componente financeiro do último processo tarifário de 2018. O efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário será uma redução de 8,32%.

Para a Base de Remuneração Líquida, o valor aprovado foi de R\$ 3.905 milhões, a valores de agosto de 2019, refletido um reconhecimento de 97,9% dos investimentos realizados.

Quanto às Perdas Regulatórias reconhecidas na tarifa da Companhia, a ANEEL estabeleceu o percentual de 8,03%, ao invés de 6,6%, ficando o limite atual mais aderente à realidade da área de concessão da Elektro.

9.2. Clientes Baixa Renda

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizados por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.121 e pelo Decreto nº 7.583.

Número de Consumidores (milhares)	2019	2018	2019 / 2018	
			Dif.	%
Convencional	2.179	2.086	93	4,5%
Baixa Renda	155	196	(41)	-20,8%
Total	2.334	2.282	52	-16,3%

9.3. Práticas de Gestão

9.3.1. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no website da Companhia (<http://ri.neoenergia.com/governanca/codigos-e-politicas/>).

No ano de 2019, a Companhia deliberou Juros sobre Capital Próprio nos montantes de:

- R\$ 76.000 mil, pagos em 07 de agosto, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho;
- R\$ 67.053 mil, com previsão de pagamento para até 30 de junho de 2020, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de dezembro.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2019 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2020.

9.3.2. Governança Corporativa

11. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA

As ações do Grupo Neoenergia são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. A seguir, os principais destaques de 2019.

(i) **Selo Pro-Ética:** A Neoenergia recebeu o selo de Empresa Pró-Ética 2019, pela 3ª vez consecutiva, promovido pela Controladoria-Geral da União (CGU) e Apex-Brasil. A edição 2019 contou com a participação de 373 empresas de todos os portes e de diversos ramos de atuação e 26 delas foram premiadas. | (ii) **Valor 1000:** Anuário elaborado pelo jornal Valor Econômico em parceria com a Serasa Experian e a Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Na sua 19ª edição a Neoenergia está novamente entre as 30 maiores empresas do Brasil. A empresa ocupa a 26ª colocação na esfera nacional, sendo a 18ª em lucro, 20ª em EBITDA e 13ª em patrimônio líquido. No setor elétrico a Neoenergia atingiu a 3ª posição em receita líquida e a 9ª posição no desempenho financeiro geral. | (iii) **500 Melhores e Maiores:** A Neoenergia e suas distribuidoras estão posicionadas com destaque no ranking das "500 Melhores e Maiores" empresas do Brasil, publicado pela Revista Exame. A "holding" figura na 24ª posição entre os 200 maiores grupos do país. Na lista das 500 maiores companhias, a Elektro figura na 105ª posição. A Elektro também está entre as 50 maiores empresas de serviços, subindo duas posições - da 27ª para 25ª - entre 2017 e 2018. Já a Coelba (BA) subiu 12 posições entre as 100 maiores empresas de capital aberto, ficando em 78ª lugar. Duas distribuidoras da Neoenergia estão entre as 50 maiores pagadoras de dividendos: Coelba (42º lugar) e Cosern (44º). Na lista das 20 companhias que mais pagaram tributos, a Coelba (BA) é a 13ª e Elektro, 16ª. A Coelba está em 8º no ranking de liderança no mercado no qual atua. | (iv) **Prêmio Abradee:** Pela 10ª vez, a Elektro conquistou a primeira colocação na categoria Melhor Distribuidora Nacional, e o 1º lugar na categoria Qualidade da Gestão. Foi a 2ª melhor na categoria Gestão Econômico-Financeira, e ficou com a 3ª posição em Responsabilidade Social. A Cosern conquistou 2ª colocação nacional ao ser reconhecida como a Melhor Distribuidora do Nordeste e ainda figurou como a 2ª melhor em Responsabilidade Social, e 3ª na categoria Qualidade da Gestão. A Coelba conquistou 3ª colocação na categoria Evolução do Desempenho seguida pela Celpe que recebeu o 4º lugar. | (v) **Guia Exame de Sustentabilidade 2019:** A revista Exame posicionou a Neoenergia entre as companhias do setor elétrico acima da média em dois indicadores: Ética e Transparência e Direitos Humanos. | (vi) **Prêmio ODS 2019:** A Neoenergia conquistou o prêmio na categoria Grandes Empresas Parceiras com o estudo de caso "Ações Educativas de Eficiência Energética", baseado no projeto Festival Tó Ligado na Energia, uma parceria da empresa com o artista Carlinhos Brown para levar orientações sobre o uso seguro e eficiente da energia elétrica. | (vii) **Prêmio Câmara Espanhola de Sustentabilidade:** O projeto Energia do Futuro foi o vencedor na categoria Inovação no 7º Prêmio Câmara Espanhola de Sustentabilidade, iniciativa que reconhece empresas com as melhores práticas para o negócio. O projeto Energia do Futuro é desenvolvido nas cidades de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões e Nazaré Paulista, no interior de São Paulo. Nestes locais, está sendo implantado um novo modelo de operação fortemente baseado em tecnologias de redes inteligente. | (viii) **Índice de Satisfação da Qualidade Percebida do Grupo de Grandes Clientes:** O Índice Anel de Satisfação com Consumidor (IASC) é um indicador que permite avaliar a satisfação do cliente residencial com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica, obtido anualmente a partir de estudo realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) com consumidores de todas as distribuidoras, concessionárias e permissionárias, que atuam no território nacional. São realizadas cerca de 25 mil entrevistas. As variáveis avaliadas são: qualidade percebida; valor percebido (relação custo-benefício); satisfação global; confiança no fornecedor; e fidelidade. Em 2019, considerando o IASC do Grupo de Grandes Clientes, nossas distribuidoras foram classificadas da seguinte forma: Elektro: IASC de 82,8 (2º lugar) / Cosern: IASC de 82,4 (3º posição) / Coelba: IASC de 77,2 (10ª colocação) / Celpe: IASC de 72,8 (13ª no ranking). A performance posiciona a Cosern como a melhor distribuidora em satisfação dos Grandes Clientes do Nordeste e a Elektro como a melhor distribuidora do Sudeste. | (ix) **Smart Customer: Reconhecimento Na Categoria Respeito Ao Cliente:** As distribuidoras da Neoenergia (Coelba (BA), Celpe (PE), Cosern (RN) e Elektro (SP/MS) foram reconhecidas pelo Prêmio Smart Customer 2019 voltado às melhores práticas em relacionamento e atendimento aos consumidores, na categoria Respeito ao Cliente. A premiação integra o tradicional congresso que leva o nome do prêmio, promovido pela Inova Focus. Com o case "O cliente é tudo pra gente", as empresas do grupo foram agraciadas por implementarem campanha marcada por novas práticas de atendimento e satisfação dos usuários. | (x) **Prêmio Whow:** A Neoenergia foi eleita, pela primeira vez, a empresa mais inovadora do setor de elétrico nacional em 2019. A companhia foi destaque do Prêmio Whow! de Inovação 2019, organizado pelo Grupo Padrão, na categoria Energia e Utilities, com seu projeto de Redes Inteligentes. A partir de avaliação de projetos focados em geração de produtos e serviços inovadores, a iniciativa foi reconhecida como exemplo do pioneirismo em tecnologia e inovação no setor elétrico.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/05/1999, desde 2017 mantém o contrato de prestação de serviços de auditoria contábil com a KPMG Auditores Independentes. Assim, a Demonstração Financeira - DF da Companhia, relativa ao exercício de 2019, foram revisadas pela KPMG.

A empresa de auditoria prestou os seguintes serviços em 2019, no montante de R\$ 776 mil: auditoria das revisões das informações financeiras trimestrais; das Demonstrações Financeiras anuais, das Demonstrações Regulatórias anuais e alguns serviços relativos a Procedimentos Previamente Acordados de uso específico da empresa, sendo todos esses serviços avaliados em relação à natureza e riscos de conflitos de interesse, e que em nossa avaliação esses serviços não trouxeram nenhum risco a independência. A ELEKTRO ressalta que a KPMG, não prestou serviços não relacionados à auditoria no exercício de 2019.

BALANÇOS SOCIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Informação Adicional)

1 - BASE DE CÁLCULO	2019				2018			
	R\$ mil				R\$ mil			
Receita Líquida (RL)	6.772.605				6.249.356			
Resultado Operacional (RO)	928.123				734.486			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	346.115				327.843			
Valor Adicionado Total (VAT)	5.463.930				5.377.741			
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	RS mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	44.926	12,98%	0,66%	0,82%	41.873	12,77%	0,67%	0,78%
Encargos sociais compulsórios	69.664	20,13%	1,03%	1,27%	76.239	23,25%	1,22%	1,42%
Previdência privada *	4.539	1,31%	0,07%	0,08%	4.207	1,28%	0,07%	0,08%
Saúde	38.886	11,23%	0,57%	0,71%	28.694	8,75%	0,46%	0,53%
Segurança e saúde no trabalho	785	0,23%	0,01%	0,01%	855	0,26%	0,01%	0,02%
Educação	342	0,10%	0,01%	0,01%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Cultura	561	0,16%	0,01%	0,01%	590	0,18%	0,01%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.149	0,62%	0,03%	0,04%	2.890	0,88%	0,05%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	834	0,24%	0,01%	0,02%	729	0,22%	0,01%	0,01%
Esporte	427	0,12%	0,01%	0,01%	510	0,16%	0,01%	0,01%
Transporte	52	0,02%	0,00%	0,00%	525	0,16%	0,01%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	29.969	8,66%	0,44%	0,55%	31.505	9,61%	0,50%	0,59%
Outros	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	193.134	55,80%	2,85%	3,53%	188.616	57,53%	3,02%	3,51%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	-	0,00%	0,00%	0,00%	954	0,13%	0,02%	0,02%
Desenvolvimento Social	770	0,08%	0,01%	0,01%	551	0,08%	0,01%	0,01%
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	20.338	2,19%	0,30%	0,37%	23.266	3,17%	0,37%	0,43%
Outros	300	0,03%	0,00%	0,01%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Total das Contribuições para a Sociedade	21.408	6,19%	0,32%	0,39%	24.770	3,37%	0,40%	0,46%
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	2.242.798	241,65%	33,12%	41,05%	2.981.293	405,90%	47,71%	55,44%
Total - Indicadores sociais externos	2.264.206	247,83%	33,43%	41,44%	3.006.063	409,27%	48,10%	55,90%
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa	101.271	10,91%	1,50%	1,85%	12.758	1,74%	0,20%	0,24%
Investimento em programas e/ou projetos externos	14.717	1,59%	0,22%	0,27%	10	0,00%	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	115.988	12,50%	1,71%	2,12%	12.768	1,74%	0,20%	0,24%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.	16				-			
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	243				143			
Passivos e contingências ambientais	-				-			
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 51 a 75%	(x) Cumpre de 76 a 100%	() Não possui Metas	(x) Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 51 a 75%	() Cumpre de 76 a 100%
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2019				2018			
Nº de empregados(as) ao final do período	3.629				3.614			
Nº de admissões durante o período	318				231			
Nº de desligamentos durante o período	303				294			
Nº de empregados(as) terceirizados	609				328			
Nº de estagiários(as)	59				23			
Nº de empregados acima de 45 anos	763				641			
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:								
de 18 a 35 anos	1.421				1.853			
de 36 a 60 anos	2.001				1.747			
acima de 60 anos	207				14			
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregado por:								
com ensino fundamental	319				1.922			
com ensino médio	2.444				707			
com ensino superior	680				629			
pós-graduados	186				204			
Nº de empregados por sexo:								
homens	3.118				3.118			
mulheres	511				496			
% de cargos de chefia por sexo:								
homens	76%				78%			
mulheres	24%				22%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	177				171			
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	70				76			
Remuneração bruta segregada por:								
Empregados	196.043				157.366			
Administradores	958				778			

13. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A ELEKTRO REDES apresenta os resultados do quarto trimestre (4T19) a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da forma mais transparente o negócio da companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas
	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado	
(+) Receita líquida	1.826,1	6.772,6	1.589,2	6.249,4	Demonstrações de resultado
(-) Outras receitas	(46,1)	(296,9)	(24,3)	(113,1)	Nota 21
(+) Outras receitas - Outras	1,8	7,2	4,0	8,9	Nota 21f
= RECEITA Operacional Líquida	1.781,8	6.482,9	1.568,9	6.145,2	
(+) Custos com energia elétrica	(1.074,5)	(4.240,5)	(875,0)	(4.042,6)	Demonstrações de resultado
(+) Combustível para produção de energia	-	-	-	-	Nota 23
(+) Custos de construção	(253,0)	(648,6)	(291,7)	(695,0)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(1.327,5)	(4.889,1)	(1.166,7)	(4.737,6)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	33,1	230,6	5,4	47,4	Nota 21f
= MARGEM BRUTA	487,4	1.824,4	407,6	1.455,0	
(+) Custos de operação	(158,1)	(612,7)	(163,9)	(612,1)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(3,7)	(23,3)	(11,9)	(46,3)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(79,2)	(225,8)	(11,2)	(59,1)	Demonstrações de resultado
(-) Combustível para produção de energia	-	-	-	-	Nota 23
(-) Depreciação	55,8	220,0	50,4	194,0	Nota 23
(+) Outras receitas	46,1	296,9	24,3	113,1	Nota 21
(-) Outras receitas - Outras receitas	(1,8)	(7,2)	(4,0)	(8,9)	Nota 21f
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(33,1)	(230,6)	(5,4)	(47,4)	Nota 21f
= Despesa Operacional (PMO)	(174,0)	(582,7)	(121,7)	(466,7)	
(+) PECLD	(28,7)	(93,6)	(13,4)	(59,8)	Demonstrações de resultado
EBITDA	284,7	1.148,1	272,5	928,5	
(+) Depreciação	(55,8)	(220,0)	(50,4)	(194,0)	Nota 23
(+) Resultado Financeiro	(68,6)	(233,3)	(8,1)	(147,1)	Demonstrações de resultado
(+) IJR/CS	(35,3)	(199,9)	(33,4)	(173,1)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	125,0	494,9	180,6	414,3	Demonstrações de resultado

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela ELEKTRO S.A. ("ELEKTRO") visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da ELEKTRO e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da ELEKTRO. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da ELEKTRO sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras. Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2019	2018		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	45,02	59,00		
Nº total de acidentes de trabalho	2	25		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências e () todos (as) empregados (as)	() direção	(x) direção e gerências e () todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados	(x) Todos(as) + CIPA	() direção e gerências e (x) todos(as) + CIPA e () todos (as) os empregados (as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolve e () segue as normas da OIT e (x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção e gerências e (x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção e gerências e (x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados e () são sugeridos e (x) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve e () apóia e (x) organiza e incentiva
Contencioso Cível:				
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):				
Na Empresa	34.326	30.801		
No Procon	1.634	1.161		
Na Justiça	5.043	4.071		
% das reclamações e críticas solucionadas:				
Na Empresa	99%	93%		
No Procon	100%	100%		
Na Justiça	80%	115%		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2019	2018		
Monte de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça	33.481	24.183		
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:				
Diagnósticos de causas raiz; intervenções com as áreas operacionais e atendimento; insumo para comunicação proativa ao cliente; retroalimentação do processo; mensuração estatística e qualitativa de problemas; atuação preventiva de possíveis objetos e acompanhamento do índice de esforço do cliente.		Diagnósticos de causas raiz, intervenções com as áreas operacionais e atendimento, equalização do processo de gestão de reclamações, insumo para comunicação proativa ao cliente, retroalimentação do processo, mensuração estatística e qualitativa de problemas, atuação preventiva de possíveis objetos.		
Contingências e passivos trabalhistas:				
Número de processos trabalhistas:				
movidos contra a entidade	256	181		
julgados procedentes	628	28		
julgados improcedentes	111	32		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da Justiça	7.334	6.676		
Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$)	5.463.930	5.377.741		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):				
Ao Governo (%)	63,05%	56,24%		
Aos Colaboradores (%)	5,48%	5,29%		
Aos Acionistas (%)	8,06%	7,70%		
A terceiros	23,41%	30,77%		

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES

CNPJ: 02.328.280/0001-97
 Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Francisco de Assis Diniz Carvalho Junior
 Fone: (21) 3235-2815 E-mail: francisco.carvalho@neoenergia.com
 Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento o composituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
 Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
 Informações não examinadas pelos auditores independentes.
 * Reversão da reserva superavitária do plano de previdência.

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2019	2018
Circulante			(Reapresentado)	Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	613.996	909.263	Fornecedores	13	772.952	655.224
Contas a receber de clientes e outros	6	1.678.666	1.574.556	Empréstimos e financiamentos	14	471.695	305.968
Títulos e valores mobiliários	7	10.543	7.435	Debêntures	14	6.165	15.691
Instrumentos financeiros derivativos	14	75.050	46.388	Passivo de arrendamento		9.205	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.1	27.656	20.933	Instrumentos financeiros derivativos	14	3.340	5.773
Outros tributos a recuperar	8.2	47.620	18.999	Salários e encargos a pagar	15	75.740	70.563
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	10	35.873	494.250				

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2019	2018
			(Reapresentado)
Receita líquida	21	6.772.605	6.249.356
Custos dos serviços		(5.501.767)	(5.349.668)
Custos com energia elétrica	22	(4.240.452)	(4.042.592)
Custos de operação	23	(612.744)	(612.087)
Custos de construção		(648.571)	(694.989)
Lucro bruto		1.270.838	899.688
Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa	6	(93.573)	(59.780)
Despesas com vendas	23	(23.343)	(46.325)
Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas	23	(225.799)	(59.097)
Lucro operacional		928.123	734.486
Resultado Financeiro	24	(233.289)	(147.044)
Receitas financeiras		988.290	1.498.045
Despesas financeiras		(1.221.579)	(1.645.089)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		694.834	587.442
Imposto de renda e contribuição social	9	(199.904)	(173.110)
Corrente		(113.671)	(96.368)
Diferido		(86.233)	(76.742)
Lucro líquido do exercício		494.930	414.332
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:			
Ordinária		2,42676	2,03157
Preferencial		2,66943	2,23472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Receitas		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	10.391.542	9.455.891
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(93.573)	(59.780)
10.297.969	9.396.111	
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(*) (3.646.658)	(3.464.503)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(*) (1.026.047)	(988.742)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(937.790)	(878.508)
(5.610.495)	(5.331.753)	
Valor adicionado bruto	4.687.474	4.064.358
Amortização	(219.996)	(194.015)
Valor adicionado líquido	4.467.478	3.870.343
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	(*) 996.452	1.507.398
Valor adicionado total a distribuir	5.463.930	5.377.741
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	190.005	164.986
Encargos sociais (exceto INSS)	23.192	21.564
Auxílio alimentação	44.782	41.809
Previdência privada e outros benefícios	20.868	25.649
Rescisões	7.949	10.970
Férias e 13º salário	46.308	43.449
Plano de saúde	39.029	28.609
Participação nos resultados	29.969	31.505
Administradores	5.690	5.269
(-) Transferência para ordens	(121.140)	(91.444)
Outros	12.991	2.148
Subtotal	299.643	284.514
Impostos, taxas e contribuições		
INSS	46.472	43.329
ICMS	1.558.398	1.410.929
PIS/COFINS	480.135	433.269
Imposto de renda e contribuição social	199.904	173.110
Obrigações intra-setoriais	1.155.675	960.460
Outros	4.361	3.525
Subtotal	3.444.945	3.024.622
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações monetárias e cambiais	1.221.579	1.645.195
Aluguéis	2.833	9.078
Subtotal	1.224.412	1.654.273
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	143.053	136.000
Reserva de retenção de lucro	353.789	276.110
Reversão avaliação atuarial - Plano de pensão	(1.912)	(1.728)
Adoção Inicial CPC 48	-	3.950
Subtotal	494.930	414.332
Valor adicionado total distribuído	5.463.930	5.377.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	494.930	414.332
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganho na remensuração dos planos de benefícios pós-emprego	-	2.617
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes	-	(889)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	-	1.728
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganho (perda) líquido em <i>hedge</i> de fluxo de caixa	22.524	(12.584)
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes	(3.389)	-
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	19.135	(12.584)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	19.135	(10.856)
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	514.065	403.476
Atribuível à:		
Acionistas controladores	512.342	402.185
Acionistas não controladores	1.723	1.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa operacional	494.930	414.332
Lucro líquido do exercício		
Ajuste para:		
Amortização	219.996	194.015
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	(*) (246.253)	(336.398)
Imposto de renda e contribuição social	199.904	76.742
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	223.507	208.228
Valor de reposição estimado da concessão	(230.585)	(47.358)
Perda na baixa de ativos, imobilizado, intangíveis, financeiros indenizáveis e contratuais	35.773	27.857
Provisão para contingências civis, fiscais e trabalhistas	73.765	9.010
Perdas por redução esperada de créditos de liquidação duvidosa	116.183	85.176
Atualização das provisões para contingências	45.822	17.331
Atualização de títulos e valores mobiliários	(550)	(388)
Outras atualizações de receitas e despesas, líquidas	7.927	2.061
Juros incorridos passivo de arrendamento	3.065	-
943.484	650.608	
Variações em:		
Contas a receber de clientes e outros	(222.146)	(235.645)
IR e CSLL a recuperar	117.400	5.499
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(5.096)	(22.313)
Depósitos judiciais	(557)	3.396
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	609.253	-
Outros ativos	(27.192)	(11.224)
471.662	(260.287)	
Fornecedores	117.728	(55.116)
Salários e encargos a pagar	5.177	2.744
Encargos setoriais	(16.211)	(116.771)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(223.603)	158.813
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	-	308.689
Indenizações e contingências pagas	(50.756)	(54.479)
Outros passivos	1.084	(10.191)
(166.581)	233.689	
Encargos de dívidas pagos e liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(220.602)	(181.340)
Pagamento de juros - Arrendamentos	(3.065)	-
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(124.123)	(106.065)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	900.775	336.605
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	-	(11.501)
Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	-	(479)
Concessão Serviço Público (Ativo Contratual)	(666.599)	(741.125)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(8.866)	(10.714)
Resgate de títulos e valores mobiliários	6.313	9.179
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	(669.152)	(754.640)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	389.286	626.382
Captação de debêntures	-	1.300.000
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e <i>swap</i>	(257.052)	(908.142)
Amortização do principal de debêntures	(489.387)	(246.602)
Pagamentos de custos de captação	(2.989)	(1.338)
Obrigações especiais	23.114	55.352
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(180.200)	-
Pagamento de principal - Arrendamentos	(9.662)	-
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento	(526.890)	825.652
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(295.267)	407.617
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	909.263	501.646
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	613.996	909.263
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(295.267)	407.617

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Outras reservas de capital	Reserva legal			
Saldos em 1º de janeiro de 2018	952.492	689.440	2.353	74.089	171.422	140.477	28	2.030.301
Adoção inicial IFRS 9 / CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	(3.950)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	414.332
Outros resultados abrangentes:								
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	1.728	1.728
Efeito <i>hedge</i> de fluxo de caixa, líquidos	-	-	-	-	-	-	(12.584)	(12.584)
Reclassificação conforme parágrafo 122 do CPC 33 (R1)	-	-	-	-	-	-	(1.728)	1.728
Destinações:								
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(136.000)	(136.000)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	276.110	(276.110)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	952.492	689.440	2.353	74.089	171.422	416.587	(12.556)	2.293.827
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	494.930
Outros resultados abrangentes:								
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	1.912	1.912
Efeito <i>hedge</i> de fluxo de caixa, líquidos	-	-	-	-	-	-	19.135	19.135
Reclassificação conforme parágrafo 122 do CPC 33 (R1)	-	-	-	-	-	-	(1.912)	-
Destinações:								
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(143.053)	(143.053)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	353.789	(353.789)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	952.492	689.440	2.353	74.089	171.422	770.376	6.579	2.666.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Elektro Redes S.A. ("Elektro Redes" ou "Companhia"), com sede no município de Campinas, no estado de São Paulo, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e listada, como companhia de capital aberto, em suas ações (0,32% do capital total) negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (nova razão social da BM&F Bovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros). A Companhia tem como controladora a NEOENERGIA S.A. ("Neoenergia") e é uma concessionária de serviço público que atua no segmento de distribuição de energia elétrica, e suas demonstrações financeiras refletem essa atividade, que constitui seu único segmento operacional. Os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas, são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). A área de concessão da Companhia é constituída por 228 municípios, dos quais 223 estão localizados no estado de São Paulo, e os outros 5 no estado de Mato Grosso do Sul. A concessão do serviço público de energia se deu pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, com vencimento em 2028, podendo ser prorrogado por no máximo 30 anos, por requerimento da Companhia e a critério da ANEEL.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS" - *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - ("CVM"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 12 de fevereiro de 2020. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio em vigor na data da transação. Subsequentemente, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras na demonstração do resultado.

2.3. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 27 "Estimativa de Valor Justo".

2.4. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas para aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas detalhados na nota explicativa 2.5. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas não revisadas continuamente e reconhecidas prospectivamente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não futuros (Nota 21a e 21d, respectivamente); (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 21b); (iii) reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (Nota 9); (iv) critério de apuração e atualização do ativo da concessão; e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor (Notas 11 e 12); (v) a análise do risco de crédito para determinação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6); (vi) definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos (Nota 27); (vii) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui na avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos (Nota 18); (viii) reconhecimento do valor a compensar (repassar) da Parcela A e outros itens financeiros (Nota 10); (ix) reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões (Nota 29).

2.5. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: a) **Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e • Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. (ii) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPCLD"). As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio

da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam

não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Essa avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros e mudanças em condições de mercado, não tendo sido identificados indícios de deterioração dos seus ativos.

f) Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida: As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. Planos de benefício definido: A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia.

g) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("Tributos sobre o lucro"): O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 34% (25% - imposto de renda e 9% - contribuição social) sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras, em regime de competência. O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes: As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

i) Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia. O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o último faturamento anterior à data do balanço. A receita de construção é integralmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos de contrato. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (ii) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; e (iii) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A Companhia utiliza-se das seguintes premissas para venda de energia na CCEE, a prévia da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pela ONS (Operador Nacional do Sistema).

j) Demonstrações do Valor Adicionado: A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. 2.6. Principais mudanças nas políticas contábeis: (i) IFRS 16 *Leases* / CPC 06 (R2) *Operações de Arrendamento Mercantil*: O CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil passou pela segunda revisão, na qual foram introduzidas as alterações trazidas pela IFRS 16 - *Leases*, que substituiu o IAS 17 - *Leases*. Arrendamento é um contrato, ou parte de um contrato, no qual o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de contraprestação, o direito de usar um ativo por determinado período de tempo. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, no qual o arrendatário deve reconhecer um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado em contrapartida de um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos ao arrendador. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e o passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento a vencer, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa incremental de empréstimos e financiamentos da Companhia. A Companhia utilizou os seguintes expedientes e isenções: • Taxa incremental de captação de empréstimos e financiamentos; • Não mensuração de arrendamentos de curto prazo; • Não mensuração para itens de baixo custo, cujo o valor justo do ativo identificado é inferior a US\$ 5 mil; e • Método de abordagem de efeito cumulativo, não reapresentando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores. A adoção da IFRS 16 não gerou impactos relevantes nas operações da Companhia, bem como sua capacidade de cumprir com os indicadores estabelecidos nos acordos contratuais (*covenants*). Em 1º de janeiro de 2019, pela adoção da IFRS 16, a Companhia reconheceu os itens demonstrados a seguir:

Saldos em 1º de janeiro de 2019	
Ativo	Passivo
29.551	-

Ativos de direito de uso
Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais

(ii) **ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*):** Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação. A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais internos e externos a fim de identificar esses tratamentos, assim como mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir esses estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

3. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu à reapresentação espontânea, de forma retrospectiva, em seu balanço patrimonial e em sua demonstração do resultado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, divulgado em 14 de fevereiro de 2019. As mudanças efetuadas não impactam o patrimônio líquido, o lucro líquido do exercício, a demonstração de resultados abrangentes e a demonstração do valor adicionado.

3.1. Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018.

Ref.	Apresentado	Reapresentação	Reapresentado
Total do ativo circulante	3.116.614	-	3.116.614
Ativo não circulante	-	-	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	(a)	557.066	557.066
Intangível	(a)	1.512.044	1.512.044
Demais ativos não circulantes não afetados		2.668.019	2.668.019
Total do ativo não circulante	4.737.129	-	4.737.129
Total do ativo	7.853.743	-	7.853.743

(a) Os ativos da infraestrutura da concessão durante o período de construção, anteriormente classificados como intangível em curso, passam a ser classificados como ativos de contrato, conforme IFRS 15 / CPC 47. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

3.2. Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2018

Ref.	Apresentado	Reapresentação	Reapresentado
Receita líquida	6.249.356	-	6.249.356
Custos dos serviços	(5.349.668)	-	(5.349.668)
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(a)	(59.780)	(59.780)
Despesas com vendas	(a)	(46.325)	(46.325)
Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas		(59.097)	(59.097)
Resultado financeiro		(147.044)	(147.044)
Imposto de renda e contribuição social		(173.110)	(173.110)
Lucro líquido do exercício	414.332	-	414.332

(a) Reapresentação da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa, anteriormente classificado nas rubricas de Despesas com vendas R\$ 59.780 em 2018, para uma nova abertura na demonstração dos resultados. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

(i) **Bandeiras tarifárias:** A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, cuja finalidade é repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico. Em 13 de agosto de 2018, a Resolução Normativa ANEEL nº 826, alterou as regras de repasse, conforme proposta de abertura da 2ª fase da Audiência Pública nº 61/2017, onde foi sugerido que os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras fossem apurados após a alocação prioritária das receitas na área de concessão que as gerou. Desse modo, as empresas devedoras passaram a aportar na Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT apenas as receitas excedentes. Já as empresas credoras da CCRBT passaram a receber, a título de repasse, uma parcela desse excedente, proporcional ao seu custo não coberto por seus próprios recursos. Esta alteração aloca, de forma mais eficiente, os recursos provenientes das Bandeiras Tarifárias, mitigando o subsídio cruzado entre as distribuidoras e priorizando a alocação dos recursos nas áreas de concessão de origem. No ano de 2019, os valores dos adicionais das bandeiras tarifárias foram definidos conforme detalhamento da tabela a seguir. Assim temos: (i) de janeiro a maio, valores conforme a REH nº 2.392/2018; (ii) de junho a outubro, adicionais sob a égide da REH nº 2.551/2019; e (iii) a partir de novembro novos valores conforme REH nº 2.628/2019.

	Até maio/2019	A partir de junho/2019	A partir de novembro/2019
	REH nº 2.392/2018	REH nº 2.551/2019	REH nº 2.628/2019
Patamar	RS/MWh	RS/MWh	RS/MWh
Verde	0,00	0,00	0,00
Amarela	10,00	15,00	13,43
Vermelho 1	30,00	40,00	41,69
Vermelho 2	50,00	60,00	62,43

Nos exercícios de 2019 e 2018, vigoraram as bandeiras tarifárias seguintes:

	Cor da Bandeira	
	2019	2018
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Amarela	Amarela
Junho	Verde	Vermelha Patamar 2
Julho	Amarela	Vermelha Patamar 2
Agosto	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Setembro	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Outubro	Amarela	Vermelha Patamar 2
Novembro	Vermelha Patamar 1	Amarela
Dezembro	Amarela	Verde

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 149.434 (R\$ 170.143 em 31 de dezembro de 2018) de bandeira tarifária, e recebeu o montante de R\$ 3.040 (R\$ 36.267 recebidos em 31 de dezembro de 2018) através da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT decorrente da apuração do *superávit* da Conta Bandeiras, criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme procedimentos definidos pela ANEEL através do PRORÉ, regulamentado pela REN nº 826/2018. (ii) **Decreto nº 9.642/2018 - Eliminação gradual de subsídios:** O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o artigo 1º do Decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confira maior benefício ao consumidor (essa situação apenas se aplica aos consumidores atendidos em baixa tensão como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial da madrugada). O decreto também determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que repassam às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores. Em 4 de abril de 2019 foi publicado o Decreto nº 9.744/2019 que alterou novamente o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, de modo a retornar à situação anterior, assim os consumidores atendidos em baixa tensão, como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial da madrugada, volta a ter o desconto sobre a tarifa da classe rural na baixa tensão. (iii) **Nível contratual:** De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento de energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017. Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Ao longo de 2019 a Elektro utilizou-se

dos mecanismos existentes de gestão de seu portfólio de compra de energia para adequar seu nível de contratação. (iv) **Revisão Tarifária Periódica - RTP 2019:** A ANEEL aprovou em 20 de agosto de 2019, a Revisão Tarifária Periódica da Elektro, com vigência a partir de 27/08/19, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.592/2019. A revisão tarifária da Elektro trouxe um reposicionamento tarifário econômico e componentes financeiros de 2,45%, sendo -4,99% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 7,44% relativos aos componentes financeiros, com efeito médio para os consumidores de -8,32%, sendo que para os consumidores de alta tensão, o reajuste ficou em -2,89%, enquanto para os da baixa tensão, ficou em -11,17%. (v) **Base de Remuneração Regulatória (BRR):** O processo de Revisão Tarifária Periódica tem como principal objetivo analisar, após o período de quatro anos de investimentos realizados pela Companhia (período esse definido como Ciclo Incremental), o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. No momento da Revisão Tarifária Periódica será definida a remuneração adequada sobre os investimentos realizados pela empresa no Ciclo Incremental. É quando a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL avalia os custos incorridos pela concessionária no sentido de identificar se foram prudentes e eficientes, conforme os critérios definidos pela própria agência, para manter/melhorar a concessão do serviço público de energia elétrica. Pode ser que, quando do processo de Revisão Tarifária Periódica os custos regulatórios definidos pela ANEEL sejam maiores ou menores do que aqueles praticados pela distribuidora. Nesse sentido, a concessionária pode ter um ganho ou uma perda no processo de Revisão Tarifária Periódica. No Ciclo de Revisão Tarifária Periódica que a Elektro acabou de passar (março 2015 a fevereiro 2019) os investimentos realizados pela Companhia foram reconhecidos pela ANEEL como sendo maiores do que os custos praticados pela empresa. Com isso, o Valor Novo de Reposição - VNR quando comparado com o Valor Original Contábil - VOC representou um ganho de 14,07%. O resultado da Revisão Tarifária Periódica tem reflexo direto no Ativo Financeiro da Concessão no sentido de que o cálculo do valor dos investimentos ainda não amortizados, para fins de indenização, utiliza a metodologia do VNR aplicado sobre o saldo residual dos Ativos Fixos ao final do prazo contratual da concessão. Em decorrência do reconhecimento pela ANEEL dos investimentos realizados no ciclo incremental, a Companhia registrou um ganho de R\$ 140.358 de Ativo Financeiro no resultado de 2019, nota explicativa 11. (vi) **Conta de Desenvolvimento Energético - CDE:** As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 a 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidroenergéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante desse cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para neutralizar esses efeitos. Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos de empréstimos, foi publicado em dezembro de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regul

A base de cálculos dos tributos diferidos é composta como segue:

Ativo	2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa	137.485	137.485	100.763	100.763
Provisão para contingências	147.415	147.415	86.359	86.359
Outros	36.472	36.472	25.227	25.227
Total Diferenças Temporárias - ATIVO	321.372	321.372	212.349	212.349
Passivo (-)				
Valor de reposição estimado da concessão	(491.055)	(491.055)	(260.470)	(260.470)
Outros	(28.742)	(28.742)	(31.098)	(31.098)
Total Diferenças Temporárias - PASSIVO	(519.797)	(519.797)	(291.568)	(291.568)
Total Diferenças Temporárias - LÍQUIDO	(198.425)	(198.425)	(79.219)	(79.219)
Alíquota de IR e CS	25%	9%	25%	9%
Total Diferenças Temporárias	(49.606)	(17.858)	(19.805)	(7.130)
Total do imposto diferido	(67.464)	(26.935)		

A seguir é apresentada reconciliação da receita/(despesa) dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Aliquota do imposto de renda e contribuição social	694.834	694.834	587.442	587.442
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	25%	9%	25%	9%
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo	173.709	62.535	146.861	52.870
Diferenças permanentes	10.604	3.817	(18.094)	(6.568)
Incentivos fiscais e outros	(37.939)	(12.822)	(1.959)	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	146.374	53.530	126.808	46.302
Corrente	82.967	30.704	70.380	25.988
Recolhidos e Pagos	90.671	33.452	74.061	32.004
A pagar	-	-	12.454	-
Compensados e deduzidos	-	-	(16.722)	(6.164)
Impostos antecipados a recuperar	(7.704)	(2.748)	587	148
Diferido	63.407	22.826	56.428	20.314
Imposto de renda e contribuição social no exercício	146.374	53.530	126.808	46.302
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	21,07%	7,70%	21,59%	7,88%

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Corrente	2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Diferido	(113.671)	(96.368)	(119.169)	(96.368)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(50.079)	42.427	(199.904)	(173.110)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(163.750)	(53.941)	(318.073)	(269.478)
(b) Benefício Fiscal - mais valia incorporado: O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL). Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com a mais-valia incorporada, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes.				
Ágio - incorporado				2.027.764
Provisão constituída				(1.338.324)
Benefício fiscal				689.440
Amortização acumulada				(232.964)
Saldos em 31 de dezembro de 2018				456.476
Amortização				(50.079)
Saldos em 31 de dezembro de 2019				406.397

A amortização da mais-valia, líquida da reversão do provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. O ágio fiscal está sendo amortizado pelo exercício remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2012, em 195 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, conforme curva abaixo:

Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores
2020	48.390	2023	47.230	2026	46.033
2021	48.218	2024	46.113	2027	45.530
2022	48.078	2025	46.116	2028	30.570

10. VALORES A COMPENSAR/(REPASSAR) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstrada a seguir:

CVA	2019								
	Ref.	Circulante			Não Circulante			Total Ativo / (Passivo)	Total Líquido
		Ativo	Passivo (-)	/(Passivo)	Ativo	Passivo (-)	(Passivo)		
Energia	(a)	459.978	-	459.978	107.039	-	107.039	567.017	
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	(b)	-	(135.390)	(135.390)	-	(25.434)	(25.434)	(160.824)	
TUST		52.694	-	52.694	26.096	-	26.096	78.790	
Neutralidade dos encargos setoriais		-	(23.038)	(23.038)	-	(3.426)	(3.426)	(26.464)	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		34.977	(2.590)	32.387	-	(3.627)	(3.627)	28.760	
Outras CVA's		18.451	-	18.451	2.453	-	2.453	20.904	
Outros itens financeiros									
Repasse de sobrecontratação	(c)	-	(100.811)	(100.811)	-	(33.158)	(33.158)	(133.969)	
Risco Hidrológico	(d)	-	(149.084)	(149.084)	-	(42.131)	(42.131)	(191.215)	
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	(e)	-	(158.183)	(158.183)	-	(39.949)	(39.949)	(198.132)	
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	(f)	39.691	-	39.691	-	-	-	39.691	
Outros itens financeiros		1.081	(1.903)	(822)	428	(35.347)	(34.919)	(35.741)	
		606.872	(570.999)	35.873	136.016	(183.072)	(47.056)	(11.183)	

CVA	2018								
	Ref.	Circulante			Não Circulante			Total Ativo / (Passivo)	Total Líquido
		Ativo	Passivo (-)	(Passivo)	Ativo	Passivo (-)	(Passivo)		
Energia	(a)	616.171	(130.194)	485.977	136.837	-	136.837	622.814	
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	(b)	-	(194.119)	(194.119)	-	(70.569)	(70.569)	(264.688)	
Neutralidade dos encargos setoriais		16.371	(5.255)	11.116	22.920	(23)	22.897	34.013	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		21.141	(12.193)	8.948	1.544	(17.070)	(15.526)	(6.578)	
Outras CVA's		101.466	-	101.466	23.000	-	23.000	124.466	
Outros itens financeiros									
Repasse de sobrecontratação	(c)	193.350	(51.030)	142.320	-	(71.442)	(71.442)	70.878	
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	(e)	-	(17.363)	(17.363)	-	(149.323)	(149.323)	(166.686)	
Ressarcimento P&D		-	(31.021)	(31.021)	-	-	-	(31.021)	
Outros itens financeiros		1.654	(14.728)	(13.074)	2.313	(20.620)	(18.307)	(31.381)	
		950.153	(455.903)	494.250	186.614	(329.047)	(142.433)	351.817	

(a) **Energia:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou a CVA de energia e reconheceu um ativo no valor total atualizado de R\$ 567.017 (R\$ 622.814 em 31 de dezembro de 2018), decorrente dos custos incorridos acima da cobertura tarifária ANEEL, com destaque para os eventos financeiros de contabilização da CCEE, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários. (b) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou a CVA de ESS e reconheceu um passivo no valor total atualizado de R\$ 160.824 (R\$ 264.688 em 31 de dezembro de 2018), decorrente dos custos incorridos abaixo da cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários. (c) **Repasse de sobrecontratação:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu um ajuste financeiro passivo atualizado de sobrecontratação no valor total de R\$ 133.969 (R\$ 70.878 de ajuste financeiro ativo em 31 de dezembro de 2018), de forma a anular o efeito sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente ou com a compra da exposição de energia no mercado de curto prazo, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários. (d) **Risco hidrológico:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém um componente financeiro de risco hidrológico passivo no valor total atualizado de R\$ 191.215, decorrente da constituição da devolução da previsão de cobertura dos riscos hidrológicos, em conformidade com as regras estabelecidas pela REN 796/2017, em resultado à Audiência Pública 004/2017, e da amortização do saldo homologado pela ANEEL nos processos tarifários em 2018 e 2019. (e) **Ultrapassagem de demanda/excedente reativo:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou um componente financeiro de ultrapassagem de demanda/excedente reativo e reconheceu um passivo no valor total de R\$ 198.132 (R\$ 166.686 de ajuste financeiro passivo em 31 de dezembro de 2018), em conformidade com o Submódulo 2.7 do PRORET. (f) **Compensação referente acordos bilaterais de CCEAR:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou um componente financeiro de compensação referente acordos bilaterais de CCEAR e reconheceu um ativo no valor total de R\$ 39.691, em conformidade com as regras estabelecidas pela REN 711/16. A movimentação dos saldos de ativos e passivos está demonstrada a seguir:

Saldos iniciais	2019		2018	
	Ref.	2019	2018	
Constituição ativa (passiva)		351.817	324.108	
Reversão (amortização)		235.165	324.361	
Remuneração financeira setorial		(609.253)	(308.689)	
Saldos finais ativos (passivos)		11.088	12.037	
		(11.183)	351.817	

11. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

11.1. Concessão do serviço público (Ativo Financeiro)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

Saldos iniciais	2019		2018	
	Ref.	2019	2018	
Adições		1.683.395	1.307.440	
Baixas		-	479	
Reversão		(11.911)	(9.380)	
Transferência	(a)	2.577	-	
Atualização valor de reposição estimado da concessão	(b)	344.978	337.498	
Saldos finais		230.585	47.358	
		2.249.624	1.683.395	

(a) Transferência do ativo contratual de R\$ 344.978 (R\$ 337.498 em 31 de dezembro de 2018), conforme nota 11.2 b, em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício. (b) Impactado, em 31 de dezembro de 2019, pelo ganho obtido do laudo de Revisão do 5º Ciclo, no montante de R\$ 157.153. O valor reconhecido do ativo financeiro, as alterações no valor justo e taxas efetivas de juros, são revisados mensalmente, com base na variação do IPCA, e na revisão tarifária, que ocorre a cada quatro anos na Companhia. A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogada a exclusivo critério do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses previstas, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

11.2. Concessão do serviço público (Ativo Contratual)

A movimentação dos saldos referentes aos recebíveis está assim apresentada:

Adoção inicial IFRS 15 / CPC 47 (transferência do ativo intangível em curso)	2019			2018			
	Ref.	Custo	Obrigações Especiais	Total	Ref.	Custo	Obrigações Especiais
Saldos em 1º de janeiro de 2018		493.514	(26.600)	466.914	(a)	493.514	(26.600)
Adições		758.207	(55.640)	702.567		758.207	(55.640)
Transferências - intangíveis		(295.982)	21.065	(274.917)		(295.982)	21.065
Transferências - ativos financeiros		(371.553)	34.055	(337.498)	(b)	(371.553)	34.055
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)		584.186	(27.120)	557.066		584.186	(27.120)
Adições		682.502	(25.691)	656.811		682.502	(25.691)
Transferências - intangíveis		(245.321)	3.127	(242.194)		(245.321)	3.127
Transferências - ativos financeiros	(b)	(350.492)	5.514	(344.978)		(350.492)	5.514
Saldos em 31 de dezembro de 2019		670.875	(44.170)	626.705		670.875	(44.170)

(a) Como consequência da adoção do IFRS 15 / CPC47 a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia teve que considerar seus investimentos em expansão e melhorias da infraestrutura como ativo contratual, durante o período de construção, até a efetiva entrada em operação,

quando são bifurcados em ativo financeiro e intangível. Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como ativo financeiro indenizável ou como Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração. Esse valor foi reapresentado em 31 de dezembro de 2018, conforme nota 3. (b) Transferência do ativo contratual para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.

12. INTANGÍVEL

Por natureza, o ativo intangível da Companhia está constituído da seguinte forma:

Em serviço	2019				2018	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido (Reapresentado)
Direito de uso da concessão	3,96%	3.318.545	(1.569.793)	(225.690)	1.523.062	1.512.044
Total		3.318.545	(1.569.793)	(225.690)	1.523.062	1.512.044

De acordo com o Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A movimentação está demonstrada a seguir:

Saldos em 1º de janeiro de 2018	2019				2018	
	Ref.	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Total	Total
Adições		2.900.571	(1.036.702)	(420.186)	1.443.683	1.443.683
Baixas		-	-	289	289	289
Amortização		(13.119)	(5.358)	-	(18.477)	(18.477)
Transferências - ativo contratual		-	(188.368)	-	(188.368)	(188.368)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)		295.982	-	(21.065)	274.917	274.917
Baixas		3.183.434	(1.230.428)	(440.962)	1.512.044	1.512.044
Amortização		(73.719)	49.857	-	(23.862)	(23.862)
Transferências - ativo contratual		-	(183.911)	(24.868)	(208.779)	(208.779)
Transferências - outros		245.321	-	(3.127)	242.194	242.194
Saldos em 31 de dezembro de 2019		(36.491)	(205.311)	243.267	1.465	1.465
		3.318.545	(1.569.793)	(225.690)	1.523.062	1.523.062

(a) Transferência do ativo contratual para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício. (b) Referem-se às transferências de bens destinados a alienação e devolução de obrigações

b.2. Debêntures: A mutação das debêntures e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	169.904	530.094	699.998
Ingressos	-	1.300.000	1.300.000
Encargos	81.582	-	81.582
Variação monetária e cambial	5.304	25.442	30.746
Transferências	71.424	(71.424)	-
Amortizações de principal	(246.602)	-	(246.602)
Pagamento de custo de captação	7.635	(8.973)	(1.338)
Pagamentos de juros	(74.640)	-	(74.640)
(-) Custos de transação	1.084	-	1.084
Saldos em 31 de dezembro de 2018	15.691	1.775.139	1.790.830
Encargos	92.811	-	92.811
Variação monetária e cambial	424	22.910	23.334
Transferências	487.057	(487.057)	-
Amortizações de principal	(489.387)	-	(489.387)
Pagamento de custo de captação	-	(495)	(495)
Pagamentos de juros	(102.855)	-	(102.855)
(-) Custos de transação	2.424	-	2.424
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.165	1.310.497	1.316.662

c. Cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos e debêntures: c.1. Empréstimos e financiamentos: O cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos são conforme tabela a seguir:

	2019		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2021	426.740	(802)	425.938
2022	506.107	(736)	505.371
2023	126.600	(668)	125.932
2024	292.057	(316)	291.741
2025	91.072	(168)	90.904
Após 2025	124.696	(133)	124.563
Total obrigações	1.567.272	(2.823)	1.564.449
Marcação a mercado	-	-	(23.209)
Total			1.541.240

c.2. Debêntures: O cronograma de amortização das debêntures são conforme tabela a seguir:

	2019		
	Dívida	Custos Transação	Total líquido
2021	-	(2.070)	(2.070)
2022	-	(2.092)	(2.092)
2023	1.000.000	(1.088)	998.912
2024	-	(854)	(854)
2025	316.700	(99)	316.601
Total obrigações	1.316.700	(6.203)	1.310.497

As debêntures são garantidas por aval da controladora Neoenergia S.A. **d. Condições restritivas financeiras (covenants):** Alguns contratos de dívida da Companhia contém cláusulas de *covenants*. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e de cobertura de juros, apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia ou Consolidadas da Neoenergia S.A. ("Controladora"). Os principais parâmetros estão listados abaixo: **Consolidado da controladora Neoenergia:** • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4,0; • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,0. **Companhia:** • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4,0 ou 3,0; • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,0. **e. Garantias dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures**

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor de principal	Saldo em 2019
Financiamento	2,97% a 5,50% / TJLP + 2,06% a 3,08% / IPCA + 4,792% / SELIC + 2,44%	2021 a 2027	Garantia Real / Quirografia	1.158.247	934.425
Debêntures Infra	IPCA + 5,954%	2025	Quirografia	316.700	316.711
Debêntures Institucionais	109,00% a 112,00% do CDI	2023	Quirografia	1.000.000	999.951
Empréstimo	76,50% a 111,30% do CDI	2020 a 2027	Quirografia	1.152.447	1.006.800
Total					3.257.887

15. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	2019	2018
Salários	284	67
Encargos sociais	16.593	16.230
Provisões para férias e 13º salário	28.472	25.549
Encargos sobre provisões para férias e 13º salário	2.313	2.141
Provisão para participação nos lucros e resultados	24.868	23.867
Outros	3.210	2.709
Total	75.740	70.563

16. ENCARGOS SETORIAIS

	Ref.	2019	2018
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(a)	-	37.585
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(b)	1.732	1.636
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(b)	1.882	1.834
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	60.307	51.625
Programa de Eficientização Energética - PEE	(b)	77.528	63.080
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	(c)	572	-
Encargos Setoriais - Outros CCRBT	(d)	4.578	-
Total		146.599	155.760
Circulante		38.957	103.214
Não circulante		107.642	52.546

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. **(b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas. Mensalmente o P&D e PEE são atualizados com base na Taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. **(c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):** Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. **(d) Encargos Setoriais - Outros CCRBT:** Valor estimado de repasse, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora, criada pelo Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração, também, o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada, quando aplicável.

17. OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

	2019	2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	144.387	180.037
Programa de Integração Social – PIS	6.359	14.018
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	29.065	64.681
Imposto sobre Serviços – ISS	49	43
Impostos e contribuições retidos na fonte	13.586	24.022
Outros	2.213	-
Outros tributos a recolher	195.659	282.801

18. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a. Provisões: A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Além dos processos judiciais, a Elektro Redes também tem parte em processos administrativos com a ANEEL, cuja provisão é classificada como Regulatória. Para constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição. As provisões estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	32.448	50.649	42.012	10.974	136.083
Constituição	11.006	22.016	60	3.045	36.127
Baixas/reversão	(11.256)	(14.076)	(1.651)	-	(26.983)
Pagamentos/Indenizações	(18.641)	(24.926)	(404)	(10.508)	(54.479)
Atualização	5.949	11.090	2.017	338	19.394
Saldos em 31 de dezembro de 2018	19.506	44.753	42.034	3.849	110.142
Constituição	44.199	39.873	1.631	3.797	89.500
Baixas/reversão	(6.467)	(15.853)	(683)	-	(23.003)
Pagamentos/Indenizações	(12.700)	(36.378)	(186)	(1.492)	(50.756)
Atualização	20.998	26.414	341	60	47.813
Saldos em 31 de dezembro de 2019	65.536	58.809	43.137	6.214	173.696

a.1. Trabalhistas: Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a pedidos de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empregadores (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 52.900 (R\$ 46.579 em 31 de dezembro de 2018) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m. **a.2. Cíveis:** Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 224.613 (R\$ 188.245 em 31 de dezembro de 2018) em processos cíveis (incluindo as causas acompanhadas no juizado especial) com expectativa de perda possível, dentre as quais, destacamos: (i) ações de desapropriação e servidões que são decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Elektro Redes e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. Referem-se ao pagamento por desapropriações e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, etc.), bem como as obrigações de pagamento da CESP, transferidas para a Elektro Redes no processo de privatização da Companhia. (ii) ação "Baixa Renda" que foi proposta pela Associação Defende em 2004, com o objetivo de desconsiderar regulamentação da ANEEL sobre o enquadramento para fruição da tarifa social de energia elétrica, buscando impor à ANEEL e à Elektro a ampliação dos clientes elegíveis, assim como a restituição de diferenças de valores já pagos sem o benefício. Em 23 de outubro de 2019, houve uma decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal, que foi parcialmente desfavorável à Companhia. Na avaliação da Administração e de seu assessor jurídico externo, a ação permanece classificada como de chance de perda "possível". Nessa fase processual, o valor da causa não pode ser mensurada com suficiente segurança, já que o desfecho da ação pode envolver concessão de tarifa de baixa-renda a potenciais consumidores que eventualmente se enquadrem nos requisitos da petição inicial e a devolução de valores cobrados "a mais" desses mesmos consumidores. Além disso, em caso de desfecho desfavorável, o efeito prático será a compensação dos valores devolvidos no âmbito da conta do CDE, ou seja, não haveria um impacto financeiro para a Companhia, já que a provisão seria registrada em contrapartida da CDE. A discussão envolve aspectos de legalidade e constitucionalidade, sendo a competência final para o deslinde da questão do STJ e STF. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m. **a.3. Fiscais:** Referem-se às ações tributárias e impugnatórias de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPFM, IRPJ, CSLL, IPTU, PIS/COFINS, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.112.322 (R\$ 2.365.792 em 31 de dezembro de 2018) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante destacamos os autos de infração motivados por: (i) não adição da despesa de amortização da mais-valia nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, estimados em R\$ 244.199 (R\$ 57.680 em 31 de dezembro de 2018). Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência da mais-valia quanto seu uso para fins de benefício são ilícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer a mais-valia decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá a decisão final sobre o tema. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **a.4. Regulatórias:** Referem-se a provisões administrativas diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL e penalidades referentes à contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST). Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 6.099 (R\$ 4.124 em 31 de dezembro de 2018) em discussão na esfera administrativa junto aos órgãos competentes (ARSESP e ANEEL), cuja expectativa de perda é possível. **b. Depósitos Judiciais:** Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	2019	2018
Trabalhistas	34.399	40.799
Cíveis	13.645	10.907
Fiscais	41.587	35.113
Outros	381	616
Total	90.012	87.435

19. OUTROS PASSIVOS

	Ref.	2019	2018
Consumidores Plano de saúde	(a)	14.951	12.300
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	(b)	5.722	6.109
Bônus Estratégico		22.253	19.336
Fundo Educacional		4.564	4.135
Convênios		7.096	6.705
Outras provisões		453	1.099
Outros		9.328	10.759
Total		5.044	7.884
Circulante		69.411	68.327
Não circulante		63.150	66.630
		6.261	1.697

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros. (b) COSIP – Corresponde a valores arrecadados de iluminação pública, a serem repassados às Prefeituras.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 952.492. A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

Acionistas/ Qtde Ações vs R\$	Ordinárias*	R\$	Preferenciais*	R\$	Total	R\$
Neoenergia S.A.	91.856	451.550	101.280	497.875	193.136	949.425
Acionistas minoritários	25	124	599	2.943	624	3.067
Total	91.881	451.674	101.879	500.818	193.760	952.492

* Lote de mil ações.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. **Lucro por ação:** O cálculo do lucro básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	494.930	414.332
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	193.760	193.760
Lucro básico e diluído por ação - R\$	2,55	2,14

Reserva de capital: (a) **Reserva especial de ágio:** Reserva no montante de R\$ 689.440 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação. Em 31 de dezembro de 2019, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 321.738 (R\$ 279.312 em 31 de dezembro de 2018) e a disponível para capitalização é de R\$ 367.701 (R\$ 410.128 em 31 de dezembro de 2018). **Reservas de lucros:** O resultado da Companhia, deduzido da distribuição de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio, foi destinado a reserva de lucros. (a) **Reserva legal:** Em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, as companhias brasileiras são requeridas ao final de cada exercício a constituir a reserva legal, que é calculada com base em 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social. A Companhia atingiu os limites legais. (b) **Reserva de retenção de lucro:** A Lei das S.A. permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembleia Geral. **Dividendos e juros sobre capital próprio:** O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos adicionais propostos e juros sobre capital próprio da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação	ON	PN
2019					
RCA de 28 de junho de 2019	JSCP 1519	76.000	0,372646	0,372646	0,409910
RCA de 18 de dezembro de 2019	JSCP 2019	67.053	0,328776	0,328776	0,361654
		143.053			
2018					
RCA de 19 de dezembro de 2018	JSCP 2018	136.000	0,666840	0,666840	0,733524
		136.000			

O estatuto social da Companhia determina a remuneração mínima aos acionista de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A remuneração mínima contempla os direitos dos acionistas detentores das ações preferências que terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias. A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	494.930	414.332
Reversão avaliação atuarial - Plano de pensão	1.912	1.728
Aplicação inicial CPC 48/IFRS 9	-	(3.950)
Lucro líquido ajustado passível de distribuição	496.842	412.110
Remuneração mínima obrigatória (25%)	124.211	103.028
Natureza da remuneração pagas e propostas:		
Juros sobre capital próprio	143.053	136.000
Total Bruto	143.053	136.000
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15%(*)	(21.458)	(20.400)

(*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

Dividendos e juros sobre o capital próprio: A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2019	2018
Saldos iniciais	115.612	12
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	143.053	136.000
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	(21.458)	(20.400)
Pagos no exercício	(180.200)	-
Saldos finais	57.000	115.612

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

21. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções é como segue:

	2019	2018
--	------	------

f) Outras receitas

	2019	2018
Renda da prestação de serviços	2.027	2.035
Arrendamentos e alugueis	49.928	43.591
Serviço taxado	1.800	1.829
Taxa de iluminação pública	5.378	9.423
Valor de reposição estimado da concessão	(1) 230.585	47.358
Outras receitas	7.186	8.913
Total	296.904	113.149

(1) Conforme mencionado na Nota 11.1, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR (IPCA) e na revisão tarifária do 5º ciclo.

g) Deduções da receita bruta

	2019	2018
Impostos e contribuições		
ICMS	(1.558.398)	(1.410.929)
PIS	(161.280)	(148.854)
COFINS	(742.946)	(685.715)
ISS	(638)	(577)
Encargos Setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.027.526)	(927.867)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(28.550)	(27.075)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(11.420)	(10.830)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(5.710)	38.869
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(11.420)	(10.830)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(53.431)	-
Encargos do Consumidor - CCRBT	(11.104)	(16.888)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica -TFSEE	(6.514)	(5.839)
Total	(3.618.937)	(3.206.535)

22. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	MWh (¹)		R\$	
	2019	2018	2019	2018
Energia comprada para revenda				
Ambiente regulado - ACR (leilões)	9.527.555	5.822.363	(2.466.593)	(2.378.513)
Energia adquirida contrato bilateral	178.176	238.184	(41.012)	(52.839)
Contratos por cotas de garantia física	3.246.199	3.284.254	(333.499)	(302.995)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	525.825	527.551	(121.035)	(117.104)
Energia curto prazo - PLD	265.373	(383.263)	(341.511)	(80.603)
PROINFA	263.915	267.585	(96.227)	(127.396)
(-) Créditos de PIS e COFINS	-	-	337.721	319.477
Custos variáveis do MCP	-	-	(246.781)	(405.053)
Total	14.007.043	9.756.674	(3.308.937)	(3.145.026)
Encargos de uso dos sistema de transmissão e distribuição				
Encargos de rede básica	-	-	(832.704)	(794.553)
Encargos de transporte de Itaipu	-	-	(71.436)	(67.621)
Encargos de conexão	-	-	(75.513)	(79.128)
Encargo de uso do sistema de distribuição	-	-	(27.270)	(28.794)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	-	-	6.203	(41.014)
Encargos de Energia de Reserva - EER	-	-	(25.327)	22.368
(-) Créditos de PIS e COFINS	-	-	94.532	91.176
Total	-	-	(931.515)	(897.566)
Total de custos com energia elétrica			(4.240.452)	(4.042.592)

23. CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Ref.	2019			2018		
		Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas/ (despesas) gerais e administrativas	Total	Total	Total
						(Reapresentado)	
Pessoal	(a)	(259.293)	(4.993)	(71.355)	(335.641)	(321.593)	
Administradores		-	-	(6.273)	(6.273)	(5.486)	
Benefício pós-emprego		-	-	(4.201)	(4.201)	(764)	
Material		(37.472)	-	120	(37.352)	(39.640)	
Serviços de terceiros		(84.918)	(24)	(68.605)	(153.547)	(93.374)	
Amortização		(219.996)	-	-	(219.996)	(194.015)	
Arrendamentos e alugueis		(2.830)	-	(3)	(2.833)	(9.078)	
Tributos		(985)	-	(2.738)	(3.723)	(2.948)	
Provisões líquidas - contingências		(3.797)	-	(69.968)	(73.765)	(9.010)	
Outras (despesas) / receitas	(b)	(3.453)	(18.326)	(2.776)	(24.555)	(41.601)	
Total custos / (despesas) / receitas		(612.744)	(23.343)	(225.799)	(861.886)	(717.509)	

(a) Custo e despesa de pessoal

	2019	2018
Remunerações	(190.005)	(164.986)
Encargos sociais	(69.081)	(64.676)
Auxílio alimentação	(44.782)	(41.809)
Previdência privada e outros benefícios	(20.868)	(25.649)
Rescisões	(7.949)	(10.970)
Férias e 13º salário	(46.308)	(43.449)
Plano de saúde	(39.029)	(28.609)
Participação nos lucros e resultados	(29.969)	(31.505)
(-) Transferências para ordens	121.140	91.444
Outros	(8.790)	(1.384)
Total	(335.641)	(321.593)

(b) Outras receitas e despesas

	2019	2018
Seguros	(1.147)	(3.527)
Recuperação de despesa	4.822	4.019
Transporte	(167)	(181)
Órgãos de classe do setor elétrico	(388)	(1.513)
Despesas de viagem	(157)	(9.113)
Consumo próprio de energia elétrica	(5.920)	(4.926)
Propaganda e publicidade	-	(1.228)
Alimentação	(144)	(209)
Encerramento de ordem	6.028	6.105
Multa contratual do consumidor	56.657	52.764
Perdas / alienação / cancelamento / desativação	(47.701)	(19.709)
Eventos	(202)	(1.099)
Outros	(36.236)	(62.984)
Total	(24.555)	(41.601)

24. RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	32.523	42.816
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	70.437	79.551
Variações monetárias e cambial - Dívida	388.981	844.251
Instrumentos financeiros derivativos	478.563	520.231
Atualização de depósitos judiciais	2.020	2.753
Atualização do ativo financeiro setorial	11.088	12.037
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(8.162)	(9.353)
Outras receitas financeiras	12.840	5.759
Total	988.290	1.498.045
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(168.042)	(164.085)
Variações monetárias e cambial - Dívida	(515.227)	(1.101.547)
Instrumentos financeiros derivativos	(414.751)	(313.122)
IOF	(4.394)	(1.555)
Arrendamentos	(3.068)	-
Encargos P&D/PEE	(7.050)	(5.888)
Atualização provisão para contingências	(45.822)	(17.331)
Outras despesas financeiras	(63.225)	(41.561)
Total	(1.221.579)	(1.645.089)
Resultado financeiro líquido	(233.289)	(147.044)

25. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Ref.	Ativo/(Passivo)		Receita/(Despesa)		Vencimento
	2019	2018	2019	2018	
Compra de Energia					
Baguari 1 Geração de Energia Elétrica S.A.	(a)	(371)	(371)	(3.237)	(3.108)
Calango 6 Energia Renovável S.A.	(a)	(45)	-	(403)	-
Santana 1 Energia Renovável S.A.	(a)	(42)	-	(371)	-
Santana 2 Energia Renovável S.A.	(a)	(31)	-	(278)	-
Geração Céu Azul S.A.	(a)	(540)	-	(4.714)	-
Norte Energia S.A.	(a)	(30.306)	(17.231)	(152.113)	(144.585)
Energética Águas da Pedra	(a)	(1.743)	(1.742)	(15.213)	(14.609)
Companhia Hidroelétrica Teles Pires	(a)	(1.989)	(1.985)	(17.462)	(16.649)
Elektro Comercializadora Ltda.	(a)	-	(85)	-	(1.061)
Canoas Energia Renovável S.A.	(a)	(124)	-	(1.105)	-
Lagoa 1 Energia Renovável S.A.	(a)	(132)	-	(1.174)	-
Lagoa 2 Energia Renovável S.A.	(a)	(120)	-	(1.068)	-
NC Energia S.A.	(a)/(e)	(83)	-	13.545	-
		(35.526)	(21.414)	(183.593)	(180.012)
Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (TUST) e (CUST)					
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	(b)	(54)	(47)	(476)	(470)
SE Naranjita S.A.	(b)	(5)	(5)	(54)	(61)
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.	(b)	(51)	(51)	(423)	(465)
		(110)	(103)	(953)	(996)
Serviços Administrativos					
Elektro Renováveis	(c)	-	-	-	90
Elektro Comercializadora Ltda.	(c)	8	-	-	37
Neoenergia S.A.	(d)	2.484	2.908	(23.676)	(9.809)
		2.492	2.908	(23.676)	(9.682)
Dividendos e JSCP					
Neoenergia S.A.		(56.804)	(115.230)	-	-
Outros minoritários		(203)	(382)	-	-
		(57.007)	(115.612)	-	-
Total		(90.151)	(134.221)	(208.222)	(190.690)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir: (a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL. Contratos corrigidos anualmente pela variação do IPCA. (b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), corrigidos anualmente pela variação do IGPM. (c) Contratos de prestação de serviços, referente à compartilhamento de infraestrutura, corrigido anualmente pela variação do IPCA / IGPM e dissídio coletivo de acordo com cada contrato. (d) Contrato celebrado com a Neoenergia para prestação de garantia corporativa como avalista de instrumentos financeiros com cobrança de fee por Aval. (e) Venda de energia através de Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE). **25.1. Remuneração da administração:** O montante total de remuneração dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 10.808 (R\$ 7.233 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos nestes montantes os itens abaixo:

	2019	2018
Remuneração recorrente	5.351	3.242
Benefícios de curto prazo	356	400
Benefícios de longo prazo	4.498	1.902
Rescisões contratuais	603	1.689
Total	10.808	7.233

Observado o regime de caixa, a AGO realizada em 11 de abril de 2019, aprovou o montante de até R\$ 8.008 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante pago foi de R\$ 7.239 (R\$ 10.603 em 31 de dezembro de 2018), conforme detalhamento abaixo:

	2019	2018
Remuneração recorrente	4.614	4.612
Benefícios de curto prazo	1.505	2.062
Benefícios de longo prazo	1.120	2.800
Rescisões contratuais	-	1.128
Total	7.239	10.603

A Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseada em ações aos seus empregados e/ou administradores.

26. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas internas: A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros. Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e normativos destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de *hedge* de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de *hedge* de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio de pagamento. Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, avançados ou com propósitos especulativos. O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados. A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez. **b) Gestão de risco de mercado: Risco cambial:** A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2019, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial são descritas no item "e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos". **Risco de taxas de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas no item "e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos". **c) Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos para as empresas do Grupo Neoenergia e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos com liquidez diária. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém um total de aplicações no curto prazo de R\$ 613.996, sendo R\$ 408.823 em fundos exclusivos e R\$ 205.173 em outros ativos. A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual e utiliza para projeção do endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2019, as curvas futuras de mercado para os indexadores e moedas.

	Valor		Fluxo de caixa					Acima de 5 anos
	Contábil	contratual	total	2020	2021	2022	2023	
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	2.331.598	2.764.782	547.815	590.971	664.372	198.318	422.240	341.066
Debêntures	1.316.662	1.702.283	67.323	82.294	93.948	1.059.070	201.988	197.660
Fornecedores	772.952	772.952	772.952	-	-	-	-	-

Passivos financeiros derivativos:

	Swap cambial e de taxa de juros	Non-deliverable Forwards (NDF)
	(390.176)	(197)
	(477.403)	(179)
	(72.356)	(154)
	(79.771)	(43)
	(93.666)	-
	(30.048)	-
	(101.893)	-
	(99.669)	-

d) Gestão de risco de crédito: O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências *Moody's*, *S&P* ou *Fitch* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2019.

Rating	Moody's	S&P	Fitch
Rating de longo prazo em escala nacional (¹)			
Banco do Brasil	Aa1	-	AA
Bank of America	-	-	AAA
BNP Paribas	-	AAA	-
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	Aa1	AAA	AA
Citibank	-	AAA	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
Ita			

(iii) Programa de **hedge** para desembolsos em Dólar: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

Programa de hedge para desembolsos em Dólar

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	
NDF	2019	2018		2019	2018	2019
Termo USD	US\$ 1.437	US\$ 18.903	2020 a 2021	292	1.643	
				292	1.643	(1.351)

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de **hedge** mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. (iv) Programa de **hedge** para desembolsos em Euro: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

Programa de hedge para desembolsos em Euro

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	
NDF	2019	2018		2019	2018	2019
Termo EUR	€ 523	€ 1.090	2020	(95)	241	
				(95)	241	(336)

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de **hedge** mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. f) **Análise de sensibilidade:** A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado ao final do exercício. - Cenário II: estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo / Nocial)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em dólar	Dólar(S)	Alta do dólar	4,0307	(1.664.285)	(416.071)	(832.142)
Swap ponta ativa em dólar				1.680.255	420.064	840.127
Exposição Líquida				15.970	3.993	7.985
Dívida em euro	Euro(€)	Alta do euro	4,5305	(205.467)	(23.033)	(68.733)
Swap ponta ativa em euro				209.849	23.524	70.199
Exposição Líquida				4.382	491	1.466
NDF	Dólar(S)	Queda do dólar	4,0307	292	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em USD				-	(1.417)	(2.834)
Exposição Líquida				292	(1.417)	(2.834)
NDF	Euro(€)	Queda do euro	4,5305	(95)	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR				-	(588)	(1.177)
Exposição Líquida				(95)	(588)	(1.177)

A tabela abaixo demonstra a perda/(ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	4,4%	557.288	24.424	(6.106)	(12.212)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	4,40%	(1.006.034)	(48.699)	(12.175)	(24.350)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	4,40%	(1.301.347)	(59.091)	(14.773)	(29.546)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	6,29%	(508.511)	(50.825)	(7.726)	(15.452)
Dívida em LIBOR 6M	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	1,91%	(204.392)	(5.666)	(977)	(1.954)
Swaps Libor 6M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	1,91%	204.392	6.666	1.149	2.299
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	4,40%	(75.699)	(5.259)	(853)	(1.706)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	5,09%	(152.021)	(11.203)	(1.934)	(3.869)

27. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos da Companhia que possa ter acesso na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; **Nível 3** - Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado. O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

	Nível (°)	2019		2018	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Mensurados pelo custo amortizado					
Títulos e valores mobiliários		1.748.296	1.748.296	1.955.174	1.955.174
Contas a receber de clientes e outros		10.556	10.556	7.453	7.453
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros		1.701.867	1.701.867	1.595.904	1.595.904
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		35.873	35.873	351.817	351.817
Caixa e equivalentes de caixa		2.939.801	2.939.801	2.620.050	2.620.049
Swap de taxa de juros e cambial	2	408.823	408.823	666.607	666.607
Concessão do Serviço Público - Indenização	3	281.354	281.354	270.048	270.047
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente		112.359	112.359	57.094	57.094
Non-deliverable forwards (NDF)	2	292	292	1.911	1.911
Swap de taxa de juros e cambial	2	112.067	112.067	55.183	55.183
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado					
Fornecedores		3.503.929	3.531.857	3.542.467	3.575.552
Empréstimos e financiamentos		772.952	772.952	655.224	655.224
Debêntures		1.414.315	1.414.315	1.096.413	1.096.413
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		917.283	917.283	1.066.140	1.066.140
Empréstimos e financiamentos	2	917.283	917.283	1.064.639	1.064.639
Swap de taxa de juros e cambial	2	-	-	1.501	1.501
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente		3.340	3.340	4.339	4.339
Non-deliverable forwards (NDF)	2	95	95	27	27
Swap de taxa de juros e cambial	2	3.245	3.245	4.312	4.312

(°) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo.

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **Métodos e técnicas de avaliação:** A Companhia entende que o valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado. Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. i) Concessão do serviço público: Em função da Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. Uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. ii) Empréstimos e financiamentos: Para os investimentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações. Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida. Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário. iii) Instrumentos financeiros derivativos: **Swaps cambiais e de taxas de juros:** Na metodologia para cálculo do MTM da Companhia, o valor presente é calculado por meio da utilização das curvas de 100% do cupom cambial para a ponta ativa e de 100% do DI futuro da BM&F para a ponta passiva. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto da ponta passiva são estimados através do desconto dos fluxos de caixa futuro. A diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* gera seu valor justo. Os ajustes ao valor justo reconhecidos no resultado, bem como as demais mutações no saldo desses ativos e passivos financeiros se encontram divulgados na nota 14. **NDF - Non-Deliverable Forwards:** A metodologia para cálculo da marcação de mercado dos contratos futuros de câmbio da Companhia, é conforme a seguir: - Para compra de futuro de moeda: $M. Val = Notional Curr \times [1 \div m.rate - 1 \div contr.rate] \div FDT$ - Para venda de futuro de moeda: $M. Val = Notional Curr \times [1 \div contr.rate - 1 \div m.rate] \div FDT$ Onde: *Notional Curr* = *Notional* contratado em moeda estrangeira; *m.rate* = taxa *forward* da moeda estrangeira na data do *fixing* contratual; *contr.rate* = taxa a termo contratada; *FDT* = fator de desconto da data do vencimento até a data de apuração. **Opções de moeda:** Em conformidade com a política de gestão financeira da Companhia, a metodologia para precificação de contratos de opções de moeda considera o cálculo do valor de mercado dessas opções utilizando o modelo matemático-financeiro *Black & Scholes*. O valor resultante deve ser dividido entre valor intrínseco e valor no tempo, dado que cada um destes valores pode ter tratamento contábil distinto. "Collar de câmbio" é a combinação das opções acima, na qual a precificação é obtida somando-se o valor de cada uma.

28. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue:

Ref.	Vigência	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025
(a)	2021-2030	2.898.669	3.105.206	3.349.391	3.534.166	3.708.414	22.598.974
	2021-2030	569.589	657.786	760.658	825.350	1.030.138	6.005.692

a) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação. A Companhia efetuou uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

29. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS

A Elektro Redes é patrocinadora da Fundação CESP de previdência complementar - FUNCESP mantenedora dos planos previdenciários: PSAP/ CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data. Este plano está fechado para novas adesões. PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro - PSPA Elektro, iniciando em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto, cuja meta de benefício é a integralidade do salário na aposentadoria, sendo 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido de 30% como Contribuição Definida. Quando o Plano PSAP/CESP B1 foi criado, a transferência do Plano PSAP/CESP B para PSAP/CESP B1 foi ofertada aos participantes. Aqueles que migraram adquiriram o direito de receber o benefício saldato (BSPS) proporcional ao tempo que contribuíram para o plano anterior, podendo destinar este recurso como contribuição ao novo plano ou aguardar a elegibilidade ao benefício, sem a acumulação de nenhum outro benefício adicional no futuro. **Contribuições pagas ou provisionadas:** As contribuições pagas ou provisionadas pela Companhia para o exercício foram as seguintes:

	2019	2018
Custo do intangível em curso	(1.814)	(847)
Despesas operacionais	(2.011)	(2.596)
Total	(3.825)	(3.443)

Principais premissas econômicas adotadas para cálculos atuariais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Planos de Previdência Complementar	
	BD	
	2019	2018
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	7,81%	9,46%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,65%	6,33%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,00%	4,25%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,00%	4,25%
Experiência Fundação CESP 2012 Agravada 30%	0,98	Experiência Fundação CESP 2012
Taxa de rotatividade esperada	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 masculina, suavizada em 10%
Fator de capacidade	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 masculina, suavizada em 10%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 masculina, suavizada em 10%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Light Fraca suavizada em 30%	Light-fraca
Tábua biométrica de entrada em invalidez	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade

Análises de sensibilidade das premissas significativas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2019 e 2018 foram:

	FUNCESP	
	Plano BD	
	2019	2018
Valor presente das obrigações de benefício definido		
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	1.525.859	1.263.031
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	1.754.301	1.427.506
% de impacto na obrigação de benefício definido		
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	-6,59%	-5,81%
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	7,40%	6,46%
Impacto na duração média da obrigação de benefício definido		
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	15,21	12,31
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	13,87	11,83

Vencimentos esperados de benefícios não descontados de plano de pensão:

	FUNCESP				
	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Benefícios de aposentadoria - BD	79.335	78.933	233.948	376.884	769.100

No plano BD da Elektro houve algumas alterações de premissas para a avaliação atuarial de 2019 em decorrência de novo estudo de adequação das hipóteses atuariais. Foram alteradas as premissas de crescimento salarial, houve a inclusão da premissa de evolução da unidade de referência do plano, a suavização da tábua de entrada em invalidez e o agravamento da hipótese de rotatividade. Além disso, a taxa de desconto também foi afetada por causa da redução das taxas de juros dos títulos públicos brasileiros. Desse modo, notou-se um incremento no passivo acima da rentabilidade dos investimentos do plano. Ainda assim, o plano apresentou *superávit* no período, no entanto a Companhia não pôde reconhecê-lo em seu balanço patrimonial em virtude do plano não apresentar reserva especial em seu balancete para fins PREVIC e consequentemente ainda não existir nenhum valor que a Companhia possa usar em seu benefício. Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo e passivo aos planos previdenciários.

	2019	2018
Valor reconhecido no balanço patrimonial		
Benefícios de previdência privada - BD	9.109	138.807
Efeito do limite de reconhecimento de <i>superávit</i>	(9.109)	(138.807)
	-	-

	2019	2018
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado líquidas de contribuições do empregador revertidas no exercício		
Benefícios de previdência - BD	(2.897)	2.617
	(2.897)	2.617

	2019	2018
Redimensionamento atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício		
Benefícios de previdência - BD	-	(2.617)
	-	(2.617)

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	2019	2018
Plano de Previdência Complementar		
BD		
2019	(6.617)	(6.176)
2018	353	380
Contribuições pagas pela patrocinadora	3.367	3.179
Total incluído na despesa	(2.897)	(2.617)

A mutação das obrigações de benefícios pós emprego em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Plano de Previdência Complementar		
BD		
2019	(1.191.432)	(1.191.432)
2018	(6.176)	(6.176)
Contribuições pagas pelos participantes	(116.804)	(116.804)
Benefícios pagos pelo plano	(3.982)	(3.982)
Premissas financeiras	68.745	68.745
Experiência do plano	(84.089)	(84.089)
Premissas demográficas	(7.177)	(7.177)
Premissas financeiras	(1.340.915)	(1.340.915)
Experiência do plano	(6.617)	(6.617)
Premissas demográficas	(123.273)	(123.273)
Premissas financeiras	(4.094)	(4.094)
Experiência do plano	79.526	79.526
Premissas demográficas	2.677	2.677
Premissas financeiras	(278.098)	(278.098)
Experiência do plano	37.339	37.339
Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2019	(1.633.455)	(1.633.455)

Obrigações atuariais em 01 de janeiro de 2018

Custo do serviço corrente		
Custo dos juros		
Contribuições pagas pelos participantes		
Benefícios pagos pelo plano		
Premissas financeiras		

31. QUESTÕES AMBIENTAIS (*)

A Companhia pauta sua conduta pela conservação do meio ambiente e respeito à legislação ambiental, por meio de diversas ações, bem como o cumprimento de sua Política Socioambiental. A Companhia capitaliza como parte do custo de um projeto, gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e exigências dos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promovem a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional. Em 2019, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e à conservação ambiental: - Rede compacta / linha verde - Uma das ações de grande importância na preservação ambiental é a utilização de redes protegidas. Os cabos elétricos protegidos evitam acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda em árvores e melhorando o desempenho do sistema elétrico. - Certificação ambiental ISO 14001:2015 - Em 2019, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) manteve sua certificação, com base na versão da Norma ABNT NRB ISO 14001: 2015. Os processos que fazem parte do escopo do SGA são: "Prestação de

serviços de construção, manutenção e operação de rede de energia elétrica". - Compensação ambiental - A reposição florestal da Elektro obedece às normas vigentes, que estabelecem medidas compensatórias quando há necessidade de supressão e vegetação para a instalação de empreendimentos. - Gerenciamento de resíduos - A Elektro possui uma norma para o gerenciamento de seus resíduos, que estabelece as obrigações/ações a serem tomadas para cada tipo de resíduo pela empresa contratada para o destino final, a fim de atender à legislação vigente. - Redução de impacto de fauna: outra ação importante é o investimento em equipamentos que reduzem o impacto de fauna nos empreendimentos de subestações e rede elétrica em operação. A Companhia realiza ainda outros projetos voltados à compensação ambiental, que se encontram inseridos em programas de investimentos, e que visam reparar, atenuar ou restaurar impactos no meio ambiente, provenientes de empreendimentos da empresa. Destacamos abaixo os recursos aplicados, de modo a atender a seus compromissos ambientais.

	Ativo		Resultado	
	2019	2018	2019	2018
Recursos aplicados	193.563	165.671	13.659	10.196

(*) Informações não auditadas.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Elektro Redes S.A.**, tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2019, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG e o parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

	Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2020.		
	Armando Martínez Martínez – Presidente		
José Izaguirre Nazar	Mario José Ruiz-Tagle Larrain	Vicente Donizeti dos Santos	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Elektro Redes S.A., dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e a proposta da Administração de distribuição dos resultados. Considerando o Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, o Conselho Fiscal da ELEKTRO, na maioria de seus membros presentes, opina que as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia durante o exercício de 2019, estando aptas a serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

	Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2020.		
	Francesco Gaudio	Eduardo Valdés Sanchez	Cicero Przensiuk

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da ELEKTRO REDES S.A., sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América, CEP 13.053-024, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.328.280/0001-97, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da ELEKTRO alusivas ao exercício social findo em 31.12.2019; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da ELEKTRO relativas ao exercício social findo em 31.12.2019.

Campinas, 11 de fevereiro de 2020.

Antonio Sergio Casanova

Diretor Presidente e Diretor Executivo de Operações

Leonardo Pimenta Gadelha	Bruno Cavalcanti Coelho	Eduardo Capelastegui Saiz	Jose Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor Executivo de Controladoria, Financeiro e de Relações com Investidores	Diretor de Gestão de Pessoas	Diretor de Planejamento e Controle	Diretor de Regulação

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Armando Martínez Martínez	Francesco Gaudio
Presidente	Presidente
José Izaguirre Nazar	Eduardo Valdés Sanchez
Mario José Ruiz-Tagle Larrain	Cicero Przensiuk
Vicente Donizeti dos Santos	Ricardo Magalhães Gomes
Titulares	Titulares
	José Antonio Lamenza
	Glaucia Janice Nietsche
	Enio Mathias Ferreira
	Rubens dos Santos
	Suplentes

CONSELHO FISCAL

DIRETORIA

Antonio Sergio Casanova	Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis
Diretor Presidente	CRC: BA-017210/O-1
Leonardo Pimenta Gadelha	CPF: 614.811.305-87
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	
Bruno Cavalcanti Coelho	
Diretor de Gestão de Pessoas	
Eduardo Capelastegui Saiz	
Diretor de Planejamento e Controle	
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure	
Diretor de Regulação	

CONTADORA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Elektro Redes S.A.

Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Elektro Redes S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Elektro Redes S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio	
Veja a Nota 18 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia é parte envolvida em processos judiciais tributários referentes à dedutibilidade da amortização do ágio gerado na aquisição das ações da Companhia pela Iberdrola, nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL). Tais processos tem montantes envolvidos estimados em cerca de R\$ 246.129 mil, cujo risco de perda foi avaliado pela Administração e seus assessores jurídicos como possível. Consequentemente, nenhuma provisão referente a esses processos foi reconhecida. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às provisões e passivos contingentes nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Solicitamos junto aos consultores legais da Companhia as confirmações por escrito dos processos judiciais referentes a dedutibilidade da amortização do ágio durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) contendo: (i) o estágio processual do processo judicial; e (ii) e da estimativa da classificação da probabilidade de perda. Envolvemos nossos especialistas jurídicos para auxiliar na avaliação da opinião legal obtida pela Companhia, bem como, na avaliação dos critérios e premissas utilizados para classificação da probabilidade de perda dos processos judiciais e na comparação com jurisprudência existente. Realizamos entrevistas junto à administração e aos assessores jurídicos internos da Companhia, com o objetivo de acompanhar os desdobramentos judiciais ocorridos sobre o tema durante o exercício. Adicionalmente, quando aplicável, avaliamos as alterações de cenário entre a data base das demonstrações financeiras e a data do relatório de auditoria que, eventualmente, pudessem acarretar em mudança da avaliação efetuada. Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as provisões e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Mensuração dos Ativos de Contratos, Ativos Financeiros e Intangível

Veja a Nota 2.5.b. e 11 e 12 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia deve atender determinadas características no seu contrato de concessão de distribuição de energia, considerando que os investimentos em expansão e melhorias da infraestrutura devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção, e a partir de sua efetiva entrada em operação, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público através do consumo de energia pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. A avaliação da bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível, quando da entrada em operação, envolve complexidade e julgamento por parte da Companhia que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras. Devido a esse fato, bem como à relevância dos valores e divulgações envolvidos, consideramos a mensuração dos Ativo de Contrato, Ativos Financeiros e Intangível, como um assunto significativo para a nossa auditoria.	Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados com o processo de análise e alocação entre ativo financeiro da concessão ou intangível dos investimentos realizados e também do ativo financeiro relacionado aos ativos não amortizados até o final do prazo da concessão. Avaliamos as premissas utilizadas na bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível. Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para analisar a alocação dos gastos da concessão classificadas como ativo de contrato. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Com base nos resultados dos procedimentos executados e nas evidências obtidas, consideramos que a mensuração e divulgação dos Ativos Financeiros, Intangível e de Contrato da Concessão são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valorização dos instrumentos financeiros derivativos	
Veja a Nota 2.5.a, 14 e 26 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia capta empréstimos, cujas condições a expõem a riscos relacionados a oscilações de moeda estrangeira. De forma a mitigar tal exposição, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, <i>swaps</i> de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos, incluindo os instrumentos designados para proteção de risco (<i>hedge</i> de valor justo) e determinados instrumentos de dívida designados a valor justo por meio do resultado são valorizados utilizando técnicas de valorização que geralmente envolvem o exercício de julgamento, uso de premissas e estimativas. Devido a relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação e mensuração dos instrumentos financeiros, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, testes de controles internos sobre o processo, valorização e gerenciamento desses instrumentos financeiros. Obtivemos a lista das instituições financeiras com as quais a Companhia detém contratos de instrumentos financeiros e obtivemos cartas de confirmação sobre os saldos em aberto. Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos desenvolvidos pela Companhia para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e instrumentos de dívida designados a valor justo por meio do resultado utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado. Efetuamos avaliação quanto à adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras, em especial em relação as análises de sensibilidade, risco de câmbio e a classificação dos instrumentos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a valorização dos instrumentos financeiros derivativos é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, considerando-nos, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 12 de fevereiro de 2020



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-027612/F

Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador - CRC 1SP259468/O-7